

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

FERNANDA REGINA MACHADO

Livre Competição. Eleitores/as Livres?
Um estudo sobre democratização e o caso brasileiro

SÃO PAULO
2018

FERNANDA REGINA MACHADO

Livre Competição. Eleitores/as Livres?

Um estudo sobre democratização e o caso brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo para a obtenção do título de mestre em
Ciência Política.

Orientadores: Prof. Dr. Fernando de Magalhães
Papaterra Limongi.

SÃO PAULO
2018

Nome: MACHADO, Fernanda Regina

Título: Livre competição. Eleitores/as Livres? Um estudo sobre democratização e o caso brasileiro

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor Dr:
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Professor Dr:
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Professor Dr:
Julgamento:

Instituição:
Assinatura:

Aos meus pais, Sandra e Delson;
Ao meu irmão, Junior;
Ao amor de todas as horas, Alexandre;
E ao meu orientador, Fernando.

AGRADECIMENTOS

É difícil assimilar os sentimentos ao acabar a dissertação. Faltam menos de 24h para o depósito e, de certa forma, parece que a ficha não caiu ainda. Começo a lembrar de tudo que passou desde o dia tão feliz de comemorar aquele “passei!” (em 2015) e o sentimento que predomina no meu coração é, realmente, o de gratidão. As pessoas que estiveram por perto na minha vida ao longo desse tortuoso caminho, além de ajudarem a (des)moldar a mulher que sou hoje e concluir este trabalho, também possibilitaram o sorriso que hoje faz parte de mim.

Ao meu orientador Fernando Limongi, eu não tenho como colocar em palavras o privilégio e a felicidade de ter a sua influência em tantos anos de formação acadêmica. Sou “limongete” desde o segundo ano da graduação e, mesmo antes de podermos trabalhar juntos, a admiração que sentia já me estimulava a ser melhor. No aspecto profissional, trabalhar com o senhor nessa agenda de 1945-64 tem sido uma realização. Todos os muitos encontros de orientação, os seminários, as conversas e as aulas foram absolutamente geniais e inspiradores. No âmbito pessoal eu jamais poderei agradecer o suficiente pelo apoio, pela paciência, pela compreensão e pela confiança. Obrigada por ‘não deixar nenhuma filha para trás’. O senhor é uma pessoa única que vou levar para a vida.

Glauco, desde os cafés no Cebrap, passando pelas aulas e reuniões de monitoria, até a amizade que temos hoje: foram muitas contribuições suas à minha vida. Eu agradeço imensamente por sempre me ensinar algo em nossas conversas, de métodos a economia emocional. A sua empatia e o seu sentimento tão genuíno de ajudar e se conectar com as/os discentes me ajudou quando mais precisei. ‘O mundo que eu quero’ tem mais pessoas como você.

Andrea, meus agradecimentos por você começam no dia 01 dessa história toda, quando você e os meninos me selecionaram para entrar no Cebrap, muitos anos atrás. Desde então os aprendizados foram muitos, sendo a importância do rigor científico uma das mais frisadas. Obrigada por me acolher nessa família que é nosso grupo, por me ensinar como pesquisar e pelas diversas trocas pessoais nos dias de trabalho, nos almoços mineiros, nas festas, nos jantares e nos bares. Você sempre vai ser uma inspiração.

Professora Marta, suas aulas sempre impecáveis e o cuidado com o qual ensina o passo a passo do que é ser acadêmica sempre me encantaram. Obrigada por todo o

ensinamento e pelo carinho em diversos momentos. Professor Adrian, a sua disciplina foi a mais instigante que fiz durante toda a minha passagem pelas Ciências Sociais e, apesar de tão difícil, foi uma das mais prazerosas. Professores Anders e Guadalupe, obrigada pela oportunidade de trabalhar em suas pesquisas por tanto tempo, aprendi demais e sou muito grata pela relação que construímos.

Danilo, você foi meu tutor quando entrei no grupo e naquele tempo eu jamais imaginaria que a nossa amizade seria tão grande como hoje. A base que recebi de você foi muito boa e influenciou muito na pesquisadora que sou hoje. Sua alegria tornava o ambiente de trabalho mais leve, mesmo que de maneira ranzinza. Muito obrigada por se manter presente mesmo à distância. Ana, você está no parágrafo do Danilo mas poderia estar em qualquer outro de amigas! Muito obrigada primeiramente por esse sorriso sempre tão cheio de alegria. Aprendi muito com você e te admiro demais. Obrigada pelo carinho.

Joyce, ou como nos chamamos, pequena. Você tem um coração muito grande e que sempre encontra lugar para ajudar as pessoas, para ser prestativa e carinhosa quando mais precisamos. Muito obrigada pelo apoio dado em diversos momentos não só dessa dissertação, como também da iniciação científica e, claro, na vida pessoal. Partilhamos nesses anos muitos gostos comuns e encontros felizes. Obrigada em especial pela ajuda com as burocracias na reta final. Um abraço com muito carinho.

Pat, muito obrigada pelas tardes no Cebrap, pelo apoio em diversos momentos na graduação e para o ingresso no mestrado. As trankinas, conversas e momentos que dividimos ficarão sempre na minha memória. Maurício, nosso samurai, muito obrigada pelas conversas sinceras e descontraídas, sua leveza me inspira. Samirzinho, obrigada pela amizade que começou naquele dia que estávamos quietos e ansiosos, esperando nosso primeiro dia no mofinho. Seu apoio e sorriso me alegam. Ju, obrigada pela presteza com que sempre me ajudou e pelas palavras de incentivo. Grazi, obrigada pelos momentos que pudemos compartilhar. Ana, eu adoro sua autenticidade. Obrigada pela parceria como monitora. Vanessa, Alexia, Leo, Nathan, Ligiane, Camila o convívio com vocês não foi tão extenso, mas o carinho é muito grande, obrigada pela força.

Mini, eu poderia escrever um capítulo de agradecimentos aqui, que possivelmente passaria por um milhão de referências internas, muitas lágrimas e muitos sorrisos. Minha Mônica, minha Cristina e minha Raiva, sua amizade tem sido o equilíbrio da minha vida nos

últimos anos. Você esteve ao meu lado em absolutamente todos os momentos, tudo que eu vivi tem uma parte de você e é impressionante como, apesar da distância, nunca estivemos tão próximas. O seu apoio para essa dissertação acontecer já foi imenso e todo o resto é ainda maior. É muito amor, parça! Já coloco aqui meus agradecimentos ao John, único americano com espaço no meu coração! Thank you for your kindness since the first minute, your patience with my English and your help with the data. I am happy to have you as a friend!

Clarinha, essa dissertação também não estaria escrita sem você para me estimular e apoiar. Começo agradecendo pelo apoio, literalmente diário, dos últimos meses. A experiência de escrever não foi de todo solitária graças às nossas maratonas de estudo com direito a cafés, chás, danças, conversas e guloseimas. Se fosse só isso já seria lindo, mas tem mais. Conviver com você é muito gratificante e me ajudou demais a enxergar o mundo de uma perspectiva melhor e viver sendo mais eu, muitas vezes me enxergando em você. Obrigada por me acolher no seu seletto grupo de família brasileira.

Cassio, [tem muitas coisas que eu gostaria de te falar, mas se eu já tiver falado alguma delas antes você me desculpa, é que a gente conversa demais, e você sabe que posso ser repetitiva, mas eu já estou divagando muito, na verdade eu só queria fazer *duas* considerações, mas sem dar muitas voltas porquê o espaço não é tão grande, e acabei de perceber que já estou usando muitas linhas do seu parágrafo...]. Brincadeiras à parte, qualquer coisa que eu privilegiar no seu agradecimento vai ser injusto frente ao resto. Obrigada pela amizade estimulante, pelas descobertas gastronômicas, pelos incontáveis momentos felizes. Sua amizade é inestimável.

Louis, você passou de namorado da minha amiga para meu amigo muito rápido. Eu pude contar contigo em todos os momentos (melhor ainda nas insônias da vida). As experiências com você são sempre curiosas e imprevisíveis, uma das coisas que mais me encanta na nossa amizade. Um amigo cuidadoso, presente, carinhoso e ainda faz a melhor massagem do Brasil (do estado, talvez?). Obrigada por me provar matematicamente e com muita arte que loucura + loucura pode trazer sanidade.

Camilosa, De e Danizinho, vou falar de vocês porque esse nosso grupo, vulgo PDB, não dá para falar separadamente, é muito carinho amalgamado. Uma em Grenoble/Guarulhos, outra na zona sul (beijo Lis, tia te adora) e outro em Osasco. Entretanto, o sentimento é como de morar junto. Compartilhamos o dia a dia, os pensamentos mais

inquietantes, as decisões mais importantes. Minha vida é muito melhor com vocês. Obrigada por estarem sempre e me entenderem tanto.

Mabs e Helô, obrigada por trazerem cor e movimento à minha vida nos últimos anos, a amizade de vocês me faz muito bem e estaremos juntas aí, em muitos roles e conquistas. Vitinho, com certeza você foi a melhor coisa que ‘ganhei’ do ensino médio e não foi fácil viu rs. Sua amizade é muito estimulante e você é uma pessoa maravilhosa. Obrigada pelo carinho. Bruno, você sempre foi um querido desde que nos conhecemos na entrevista do mestrado. O carinho e a dedicação da sua amizade foram muito importantes para mim. Luiz, sua maneira feliz e sonhadora de ver a vida me encantam, obrigada por nunca se esquecer de mim e ser um amigo tão presente. Doninho, você é meu amigo desde que me conheço por gente! Obrigada por se despendar de Guarulhos sempre e por manter essa amizade sempre viva. Tati, seu status não é de esposa do meu amigo e sim de amiga, obrigada pelo carinho de sempre.

Agradeço à toda a equipe técnica e ao corpo de pesquisadores do Cebrap pela convivência e aprendizado. Aos funcionários e amigos do Departamento de Ciência Política, especialmente ao Vasne que sempre trouxe muita descontração e carinho mesmo nos momentos mais tensos. À equipe do TER de São Paulo por me receberem como companheira de trabalho, mostrarem-se sempre dispostos a ajudar e fazer minha passagem pelos ácaros mais prazerosa possível. Aqui, agradeço especialmente ao Washington pelas muitas caixas que separou, mas principalmente pela atenção, preocupação e amizade. Saulo, muito obrigada por compartilhar os seus dados municipais para as eleições de 1945, sem eles a dissertação não teria a mesma importância.

Ao Dr. Tito por ter me tratado com tanta precisão e carinho. O senhor me mostrou o caminho de novo quando eu não mais o enxergava.

Dedico esse trabalho e a minha vida à minha família. Mãe, você é a mulher mais guerreira que já ouvi falar! Quando eu falo que você é minha tudo, é isso mesmo. Minha vida inteira me inspirei em você e esse sentimento nunca vai mudar. Obrigada por me apoiar em todas as decisões, por sempre me incentivar a correr atrás da minha felicidade e me ajudar em tudo que estava ao seu alcance. Pai, esse amor é o mesmo que sinto por você. Seu carinho nunca faltou quando precisei. Sua paixão em tudo o que faz, sua dedicação a todos a sua volta e a sua trajetória de vida são aspectos que procuro me espelhar todos os dias. Obrigada por

todo o apoio e amor. Junior, além de meu irmão, você é melhor amigo! Meu cúmplice e meu professor de artes marciais desde a infância, eu confio qualquer coisa a você. Obrigada por ser tão parceiro e me desafiar a ter um coração tão bom quanto o seu. Sah, minha amiga e parceira de luta por muitos e muitos anos. Você nunca deixará de ser família para mim. Obrigada pelos incontáveis momentos que compartilhamos.

Por fim, mas com certeza mais importante, eu ofereço cada letra desse trabalho ao Alexandre. Eu sou a pessoa mais enviesada possível para falar de você porque, depois de nove anos, ainda sou aquela apaixonada que te acha 'a melhor pessoa do mundo'. Parece clichê, mas é verdade. Todo mundo tem vários motivos para gostar de você, eu tenho todos eles e sou grata diariamente por te ter na minha todos os dias. Obrigada por ter segurado as barras mais pesadas, por me conhecer 100% e amar 150%, pela sua dedicação, pelo seu carinho, pelo seu sorriso lindo e por toda a vida que estamos construindo juntos. Obrigada também por me levar para dentro de uma família tão linda. Tio Marcos e tia Sil, vocês me acolheram como filha e me apoiaram sempre todos esses anos; Guico, você é mais irmão do que cunhado. Obrigada!

RESUMO

MACHADO, F. R. (2018). Livre Competição. Eleitores/as Livres? Um estudo sobre democratização e o caso brasileiro. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O presente trabalho parte da passagem entre a Primeira República brasileira e a democracia de 1945-1964, notadamente, para o surgimento de eleições competitivas e fim das eleições de caráter governista como resultado majoritário entre as disputas eleitorais. Para tanto, a pesquisa parte de uma problematização teórica sobre os requisitos tradicionais para um regime ser considerado democrático, discussão que permeia todas as etapas do trabalho. No campo empírico, partimos de dados em sua maioria inéditos para, além de colocar a diferença entre os dois períodos em termos de padrões de competição, atestar para a continuidade desse fenômeno nas eleições subsequentes. Em seguida, analisamos as eleições de 1947 e mostramos evidências que contribuem para o entendimento do comportamento eleitoral à época, quais sejam, de que o eleitor da democracia nascente não se encontrava ‘livre’ para a disputa pelo convencimento, ou seja, o quadro era de controle do voto a nível individual gerando incerteza ao nível agregado e, assim, competição.

Palavras-chave: Democratização, Competição, Primeira República, Terceira República.

ABSTRACT

MACHADO, F. R. (2018). Free competition. Free Voters? A study on democratization and the Brazilian case. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

The present work starts from the passage between the First Brazilian Republic and the democracy of 1945-1964, notably for the emergence of competitive elections and the end of the gubernatorial elections as a major result among the electoral disputes. For this, the research starts from a theoretical problematization about the traditional requirements for a regime to be considered democratic, a discussion that permeates all stages of the work. In the empirical field, we start with data that are mostly unpublished, in order to establish the difference between the two periods in terms of patterns of competition, to attest to the continuity of this phenomenon in subsequent elections. Next, we analyze the 1947 elections and show evidence that contributes to the understanding of electoral behavior at the time, namely, that the voter of the nascent democracy was not 'free' for the contest for the conviction, that is, the picture was of voting control at the individual level generating uncertainty at the aggregate level and, thus, competition.

Keywords: Democratization, Competition, First Republic, Third Republic.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição de votos válidos, presidência, 1930, Brasil (por estado)	25
Gráfico 02 – Distribuição de votos válidos, presidência, 1945, Brasil (por estado)	34
Gráfico 03 – Dif. de votos entre os presidenc. Dutra e Gomes, 1945, São Paulo.....	37
Gráfico 04 – Dif. de votos obtidos entre Dutra e Gomes, 1945, São Paulo, por seção.....	39
Gráfico 05 – Dif. de votos obtidos entre 1º e 2º lugares, Governador, 1947, São Paulo	43
Gráfico 06 – Matriz de Correlações, proporção de votos recebidos, Senado, 1947, SP	47
Gráfico 07 – Matriz de Correlações, proporção de votos recebidos, Gov x Dep.Fed.....	48
Gráfico 08 – Matriz de Correlações, proporção de votos recebidos, Senado x Gov.....	49
Gráfico 09 – Matriz de Correlações, proporção de votos recebidos, Dep. Fed x Senado	50
Gráfico 10 – Correlação entre competição e taxa de urbanização, 1945, Brasil.....	51
Gráfico 11 – Prop votos recebidos capital x interior, Governador, 1947, São Paulo.....	52
Gráfico 12 – Prop votos recebidos capital x interior, Senador, 1947, São Paulo.....	53
Gráfico 13 – Prop votos recebidos capital x interior, Dep. Federal, 1947, São Paulo	54
Gráfico 12 – Prop votos recebidos capital x interior, Dep.Estadual, 1947, São Paulo	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição de votos válidos, presidência, 1930, Brasil	24
Tabela 02 – População e eleitorado/Comparecimento, 1922-1930/1930, Brasil	27
Tabela 03 – Votos anulados por candidato segundo infração, presidência, 1930, Brasil	28
Tabela 04 – Distribuição de votos válidos, presidencia, 1945, Brasil	33
Tabela 05 – Diferença de votos obtidos entre Dutra e Gomes, presidência, 1945	36
Tabela 06 – Dif. de votos obtidos entre Dutra e Gomes, 1945, São Paulo, por seção	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 01	20
1.1. DEMOCRACIA E COMPETIÇÃO.....	21
1.2. 1930 E A DOMINÂNCIA ESTADUAL.....	28
1.3. 1945 E A INTRODUÇÃO DA INCERTEZA ESTADUAL.....	38
CAPÍTULO 02	47
2.1. COMPETIÇÃO QUE SE REPETE.....	48
2.2. LIVRE COMPETIÇÃO. ELEITORES/AS LIVRES?.....	50
2.3. APENAS NO CAMPO?.....	57
CONCLUSÃO.....	63
ANEXO 01 – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA PRIMEIRA E TERCEIRA REPÚBLICA.....	65
ANEXO 02 – DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS, PRESIDÊNCIA, 1930.....	66
ANEXO 03 – DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS, PRESIDÊNCIA, 1945.....	67
ANEXO 04 – COBERTURA DE MUNICÍPIOS NOS ESTADOS, 1947.....	68
ANEXO 05A – MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS, SENADO X SENADO, 1947, VALORES.....	69
ANEXO 05B – MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS, SENADO X SENADO, 1947, DISPERSÕES.....	70
ANEXO 06 – CORRELAÇÃO ENTRE COMPETIÇÃO E TAXA DE URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO, PRESIDENTE, 1945.....	71
BIBLIOGRAFIA.....	72

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de um questionamento caro à Ciência Política: quais fatores estão relacionados ao processo de democratização? No Brasil, a República de 1945-1964 foi a primeira experiência realmente democrática. Esta afirmação é, certamente, ponto pacífico, respaldada pela literatura especializada¹. A transição é clara: saímos da Primeira República, caracterizada pelo governismo, e, portanto, pela falta de competição eleitoral visando o poder central, ou seja, em que a disputa se dava entre elites locais pela atuação junto ao Estado e, após um período de instabilidade política que culmina em um interregno autoritário, temos um período marcado por eleições competitivas, isto é, em que o governo perde eleições e a alternância de poder é respeitada. Nestes termos, a presença da competição eleitoral pode ser definida pela supressão do governismo, tal como identificado por Nunes Leal (1948), como mecanismo principal do funcionamento político da Terceira República.

Não obstante a importância dessa mudança, quase a totalidade dos estudos sobre o período consideram-na como dada, ou seja, não se preocuparam em pensar o mecanismo que a propiciou. Ainda, um passo atrás, apesar de sabermos das regras que regulavam as eleições, bem como das alterações realizadas que contribuiriam, em médio prazo, para a institucionalização da incerteza eleitoral – como a criação da Justiça Eleitoral – muito se assume e pouco se sabe sobre o alcance desse aparato logo após a queda da ditadura Vargas. O funcionamento do sistema eleitoral, na prática, é pouco estudado. É nessa lacuna que o presente trabalho pretende se inserir

Para tanto, propomos aqui uma mudança de perspectiva: em contraste com os que olham retrospectivamente para a Terceira República sob o estigma de seu fracasso, buscamos encará-la com a ótica que lhe é própria, de entrada democrática. Longe de ser um caminho natural a ser seguido, temos indícios para acreditar que, pelo menos nos primeiros dez anos de regime, a transição não estava consolidada. Partindo do pressuposto de que o nascimento da democracia no Brasil não se deu pela eleição competitiva em 1945 e, sim, pelo momento em que a exceção se tornou regra (Limongi, 2012:59), um possível retorno ao governismo da Primeira República igualaria esse pleito a diversos outros anteriores²: episódios isolados

¹ Esse ponto é tão consensual que autores de referência colocam o termo “democracia” nos títulos de seus trabalhos sobre o período, como faz Lavareda (1991) em “Democracia nas Urnas”.

² Como atesta Carvalho (1988), o governismo foi ausente depois das principais reformas eleitorais do Império:

de competição, que não se perpetuaram.

Também, procuramos contribuir para a literatura de democratização e competição ao mostrarmos que a persuasão dos/as eleitores/as não é condição necessária para a existência de competição, ou seja, que é possível um quadro em que se saiba de antemão o voto individual, mas exista incerteza ao nível agregado, em outras palavras, competitividade.

Victor Nunes Leal, em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), foi o primeiro a notar o aspecto crucial, qual seja, a ruptura entre os dois períodos no que diz respeito à natureza do processo eleitoral, que, após a queda do Estado Novo, deixa de ser marcado pelo “governismo”. No entanto, apesar da sua inegável contribuição, o autor não oferece uma explicação das razões desta quebra. Na realidade, como escreve em meados dos anos 40, talvez sequer pudesse, uma vez que não tinha como prever a evolução do regime cujo nascimento discute.

Entretanto, mesmo hoje essa passagem continua não estudada. Olhando retrospectivamente, vemos que o quadro não era mais o mesmo, uma vez observada a novidade da alternância de forças no poder, porém, não sabemos se, já na fundação da República de 1945, existia uma diferença tão notória entre os períodos e, mesmo assumindo que sim, não sabemos a sua grandeza. Nesse ponto, situamos a primeira contribuição desse trabalho. Após a coleta e sistematização de dados inéditos, podemos dar um passo nessa descrição e demonstrar que o quadro eleitoral em 1930 não era o mesmo de 1945, fornecendo a dimensão dessa diferença.

Dado esse quadro geral, o primeiro movimento consiste em uma perspectiva mais teórica, dada a necessidade de definir os conceitos mobilizados, bem como situar o debate em torno deles. Quando falamos em “democracia” e “competição” podemos nos referir a noções distintas e, mesmo a relação entre um conceito e outro precisa ter seu referencial teórico estabelecido. Vale ressaltar, mais do que fazer uma revisão da literatura, procuraremos problematizar alguns pontos por ela trazidos, especificamente, aqueles decorrentes de um ideal democrático de difícil operacionalização. Diga-se de passagem, das maiores dificuldades em se pensar o tema da democratização e, principalmente, tratá-lo de forma objetiva.

Explico. A exigência de um eleitor “livre” está presente tanto em trabalhos teóricos

a Lei dos Círculos e a Lei Saraiva (p.139), entretanto, essa mudança foi apenas temporária.

sobre democracia, como em estudos empíricos que buscam entender o processo de democratização, como na Teoria da Modernização. Entretanto, definir a liberdade do eleitor é um desafio conceitual e operacional a ser enfrentado. Ainda, pensando os oito requisitos institucionais da Poliarquia Dahlsiana, verificamos que boa parte não pode ser transformada em critérios objetivos para sua observação, por exemplo, “eleições livres e idôneas”. As eleições da atualidade são consideradas democráticas, mas mesmo elas não são isentas, sendo assim, onde colocamos a linha de corte do que é permitido?

Uma vez explicitadas as decisões conceituais básicas, partimos para sua aplicação no caso estudado. Uma distinção básica e essencial é de que tratamos de tipos de regimes diferentes os quais, por sua vez, possuem lógicas distintas e não devem ser analisados sob a mesma ótica. Assim como é errôneo analisar o passado com os olhos de hoje, também se incorre em erro ao analisar um regime oligárquico com os parâmetros de uma democracia moderna, como por muito tempo se fez ao pensar a Primeira República. Essa conduta levou a uma estigmatização do período e, conseqüentemente, a um esvaziamento temporário dos estudos de seu funcionamento político. Dessa forma, parte do trabalho consiste em caracterizar esses dois sistemas, principalmente no que diz respeito ao tipo de competição que podemos encontrar em cada um deles. Ao fazer isso, enfatizamos o que o pós-45 tem de novidade: competição real – com possibilidade de alternância no poder.

Ainda na chave da distinção entre os dois períodos, o próximo passo diz respeito à análise empírica dos resultados eleitorais da época. Fazemos uma caracterização – com posterior comparação – entre as últimas eleições presidenciais realizadas na Primeira República e as primeiras da chamada República Populista, ou seja, das disputas em 1930 e 1945, desagregadas a nível estadual para os dois períodos e também municipal (nacional) e distrital (São Paulo) para o segundo. A mudança de padrão entre as eleições é patente, uma vez que o nível de dominância estadual encontrado no final da Primeira República não mais se verificava em 1945. Como será demonstrado, após a transição, eleições com vitória igual ou superior a 80% dos votos são raras a nível estadual. Ademais, as proporções de municípios no Brasil e de seções em São Paulo em que a diferença de votos entre primeiro e segundo lugar é igual ou menor a 30% são expressivas: 42% e 53%, respectivamente.

Uma explicação de cunho institucional aponta para o efeito da mudança das regras que regem o processo eleitoral. Referimo-nos aqui às alterações trazidas pelo Código de 1932

e mantida tanto na Constituição de 45 quanto no Código Eleitoral de 46, notadamente, a criação da Justiça Eleitoral e a instituição do voto secreto. Nessa perspectiva, a mudança na estrutura da disputa eleitoral teria levado ao fim dos impedimentos à competição, como, por exemplo, o controle do eleitor pelas oligarquias locais. Sem desmerecer as reformas realizadas, que certamente trouxeram benefícios ao jogo eleitoral, argumentamos nesse trabalho que esse aspecto é insuficiente para explicar a transição.

Na mesma linha, Leal (1947) parte de um argumento estrutural sociológico para afirmar que os avanços trazidos pelo Código Eleitoral de 1932 não foram suficientes para acabar com a coação difusa sofrida pelo eleitor em momentos anteriores à eleição, fornecendo relatos que apontam para o não funcionamento adequado da Justiça Eleitoral logo após sua criação. Segundo o autor, a “libertação” do eleitor do campo somente seria possível com mudanças substantivas na estrutura agrária, que quebrassem o elo de dependência deste com o empregador.

Uma vez atestada a insuficiência das explicações estrutural e institucional, adotamos uma abordagem distinta para investigar a passagem em questão. O primeiro passo lógico é lembrar que a queda do Estado Novo não necessariamente levaria ao surgimento da competição eleitoral e, de fato, encontramos no pós-1945 um quadro favorável ao retorno da política dos governadores. Não cabe aqui remontar todo o quadro político, o importante agora é destacar a formação de uma coalizão conservadora durante o primeiro governo do período. Além do Partido Republicano (PR), sua composição contava com o principal partido da situação, o Partido Social Democrático (PSD) e o que, na origem, seria sua principal oposição: a União Democrática Nacional (UDN).

O resultado das eleições para as governorias estaduais em 1947 reflete a união desses partidos. Exceto no estado de São Paulo em que Adhemar de Barros ganha pelo Partido Social Progressista (PSP), todos os outros estados elegeram candidatos do PSD ou da UDN, ou seja, temos a união dos dois partidos que dominavam a situação política do país. O que explica o não fechamento da competição nesse momento? A concretização desse quadro seria o contrafactual da queda do Estado Novo possivelmente não levando à democracia, por isso, seu entendimento é essencial para entender a manutenção da competição eleitoral, em outras palavras, o não retorno à política dos governadores ou modelo não competitivo similar.

Para tanto, o trabalho está dividido em mais dois capítulos, além da conclusão. No

primeiro, procuramos remontar e discutir o arcabouço teórico que fundamenta e, mais do que isso, motiva esse tipo de estudo sobre transição de regimes não competitivos para competitivos, a partir do estudo do caso brasileiro. Apesar de ser central em todas as definições de democracia desde o trabalho pioneiro de Dahl, a competição eleitoral é pouco discutida. Por um lado, temos em Bartolini (1999) uma discussão teórica densa sobre a relação entre democracia e competição, bem como dos dois conceitos separados. Por outro, operacionalizações trazidas pelas definições minimalistas – como a de Przeworski – são voltadas mais para o lado prático do estudo da competição do que para aspectos substantivos e difíceis de operacionalizar como, por exemplo, “qualidade da democracia”. A alternância de poder, condição necessária para a caracterização de um regime como democrático segundo este autor, ajuda pouco no nosso problema, uma vez que é critério de verificação e, logicamente, não pode explicar seu surgimento.

Colocados os conceitos, partimos para uma análise dos dados eleitorais de 1930 e 1945 para avaliar empiricamente o rompimento dado pela literatura, entre o regime oligárquico existente na Primeira República e a democracia inaugurada em 1945³. Concluída essa empreitada, a única afirmação possível é a diferença do padrão de distribuição dos votos, de forma que a dominação a nível estadual – em que o apoio do governador do estado ao candidato significava a garantia quase unânime dos votos nessa localidade – não se confirma mais no pós-45. A sequência lógica é nos perguntarmos se essa mudança se manteve.

Para tanto, o capítulo seguinte tem como fio condutor as eleições estaduais paulistas de 1947, as segundas da democracia de 1945. A partir da análise de seus resultados eleitorais confirmamos o caráter competitivo do pleito e a sua não relação com a taxa de urbanização dos municípios à época. Em seguida, confirmamos que as reformas eleitorais “moralizadoras” estabelecidas pelo Código Eleitoral de 1932 não foram por completo capazes de criar eleitores cujos votos são a ‘expressão de suas consciências’, ou seja, provamos que o eleitor da Segunda República continuava controlado, apesar de existir incerteza quanto aos resultados. A partir desse trabalho esperamos

³ O anexo 01 contém os resultados eleitorais das eleições presidenciais dos dois períodos, a partir dela percebemos que mostra a diferença dessa eleição competitiva em comparação com as demais que a história política brasileira já havia presenciado – como as de 1910 e 1922 da Primeira República – é que ela marca o início de um período em que esse padrão se perpetua.

CAPÍTULO 01

A Primeira República foi um período democrático? E a República de 1945-1964? Praticamente qualquer pessoa que se depare com essas perguntas responderá não para a primeira e sim para a segunda. Se buscarmos a resposta na literatura acadêmica tanto histórica quanto política, as respostas serão as mesmas. O presente capítulo se propõe a discutir qual seria essa diferença e dimensioná-la a partir de dados eleitorais da última eleição do primeiro período e a primeira do posterior.

Entretanto, antes de entrar no estudo do caso brasileiro, é necessário construir uma reflexão em torno dos dois principais conceitos mobilizados, a saber, democracia e competição. Além da clareza conceitual, o principal intuito é demonstrar que grande parte do conhecimento construído se baseia em um ideal democrático de difícil operacionalização e, por vezes, em critérios irrealistas. Especificamente, nos concentraremos na exigência de um eleitor livre, em outras palavras, disponível à competição por forças distintas, as quais disputariam pelo seu convencimento.

Uma vez estabelecidos os conceitos em jogo, damos continuidade à caracterização da distinção existente entre a Primeira e a Terceira República brasileiras por meio de dois passos. Na Primeira República, a Comissão de Poderes era a última instância do processo eleitoral e responsável pelo julgamento e posterior validação das etapas anteriores da disputa política. O primeiro passo consiste no exame minucioso do conteúdo desse documento relativo ao pleito de 1930, fundamental para o quadro que busco delinear, uma vez que ele ilustra claramente a visão da época no que diz respeito ao que se esperava do jogo eleitoral e o que caracterizava uma eleição legítima.

Em seguida, partimos para a análise tanto da última eleição presidencial do primeiro período, realizada em 1930, quanto da primeira no pós-transição do Estado Novo, em 1945. Mostro que, apesar de resultados agregados a nível nacional similares, as duas eleições possuem padrões de competição diferentes, mais especificamente, a dominação estadual que, em última análise conferia previsibilidade ao resultado eleitoral, não mais se verifica no período democrático que se inaugurava.

1.1) DEMOCRACIA E COMPETIÇÃO

Começamos essa seção com a afirmação do filósofo Gallie (1956) de que o conceito de democracia em si é “essencialmente contestado” e, portanto, contrário a definições consensuais. Tendo isso em mente, faremos uma discussão entre conceitos de democracia e competição, não visando eleger o melhor ou conciliá-los, mas para justificar nossas escolhas analíticas e levantar algumas questões (não pretendemos oferecer resposta a todas elas), mas que são importantes para a reflexão, principalmente quando pensamos o problema da passagem de um governo tido como não democrático e sem competição real para outro visto como uma democracia com alternância no poder.

A concepção de democracia dominante hoje é a elaborada por Robert Dahl em seu clássico *Poliarquia*, publicado pela primeira vez em 1971. Neste trabalho, o autor desenvolve uma operacionalização para o estudo do processo de democratização, fornecendo critérios para caracterizar um regime como mais ou menos democrático. Dessa forma, a avaliação dos regimes se dá através da classificação em uma escala de graus de pluralismo, segundo a possibilidade de acesso e controle dos cidadãos aos recursos de poder desenvolvidos durante o processo (incompleto) de democratização – notadamente, os eixos de contestação pública e direito de participação em eleições e cargos públicos. Segundo o autor, um regime democrático seria aquele mais desenvolvido nesses dois eixos, porém, por acreditar que mais dimensões podem ser necessárias e nenhum regime no mundo real é plenamente democratizado, ele denomina esse equivalente possível “poliarquia”.

Apesar de buscar uma operacionalização que permita classificar os regimes e, assim, permitir comparações, os requisitos necessários para a democracia dahlsiana estão permeados por um viés normativo, uma vez que também preocupados com a garantia da responsividade do governo vis-à-vis os cidadãos. Com foco apenas no ponto que procuramos discutir, destacam-se quatro condições necessárias colocadas por Dahl: o direito de líderes políticos disputarem apoio (I), da qual segue o direito desses políticos de disputarem votos (II) em eleições livres e idôneas (III), as quais, entre outros fatores, os/as eleitores/as possuam fontes alternativas de informação (IV).

Ao destacar esses quatro critérios, já é possível vislumbrar um pressuposto central que está por trás da presente definição de democracia: o eleitor “livre”. O tipo de competição colocada pelo autor se dá pelo convencimento do eleitor, o qual, à medida que processa

diferentes fontes de informação a respeito dos disputantes, escolhe qual lado melhor representa seus interesses e, então, vota a favor dele. Tal declaração de apoio deve se dar em eleições “livres e idôneas”, em outras palavras, livres de qualquer manipulação, coação ou fraude. Este cenário seria parte necessária de um regime que se pretende democrático.

Por sua vez, Stefano Bartolini em seu trabalho *Collusion, Competition and Democracy* (1999) se propõe a dar o primeiro passo para a construção de uma teoria da competição política, que seria, ao mesmo tempo, empírica e comparada (p.438). Acreditamos que uma das contribuições mais importantes para o seu trabalho se encontra no rigor conceitual, tanto na definição primária de democracia e competição, quanto no estabelecimento da relação entre um conceito e outro.

O autor parte do fato de que competição política é geralmente combinada de forma estranha com a democracia, sendo geralmente considerada como uma condição ou uma característica da democracia em si. Isso geraria um grande grau de confusão, uma vez que seus sentidos específicos e a sua relação mútua seriam ofuscados pela amalgamação dos dois conceitos. Segundo ele, a competição pode ser considerada como uma propriedade de regimes democráticos, entretanto, é uma característica que pode fazer parte mais ou menos intensamente de seus processos e de suas estruturas políticas. O objetivo do autor é, então, encontrar os meios para saber por que e sob quais condições democracias são ou podem “se dar ao luxo” de serem mais ou menos competitivas (p.436).

O primeiro passo de Bartolini é definir quais são as características intrínsecas das relações competitivas que as distinguem de outros tipos de relações, como o conflito, a negociação e a cooperação. Para tanto, a distinção é feita de acordo com seis categorias. O princípio da ação competitiva é, assim como em relações conflituosas, individualista e caracterizado pela recusa em subordinar os interesses e esforços pessoais aos interesses e objetivos de um ator supra. Entretanto, apenas em relações competitivas os objetivos dos atores são semelhantes, ou seja, todos os envolvidos na relação têm um valor objetivo compartilhado – que podem ser, por exemplo, prestígio ou glória. Por sua vez, a percepção dos interesses é independente em relações competitivas, ao passo que na cooperação são complementares ou idênticas, na negociação são tidos como divergentes e, obviamente, conflitivos em relações conflituosas.

Enquanto as três categorias anteriores são mais abstratas e dizem respeito à maneira

como a relação se dá ou é encarada pelos participantes, as duas últimas se ligam a aspectos mais concretos: elas dizem respeito aos meios e à recompensa ao fim do processo. Em relações conflituosas a força pode ser usada direta ou indiretamente para causar danos ao adversário e, assim, testar sua resistência, tal meio é ausente em relações puramente competitivas, mesmo como ameaça. Também, quando uma competição está em andamento, o prêmio realmente está em disputa, ou seja, não é mantido por um lado ou outro da relação, como em relações conflituosas. Mesmo quando conquistado em uma rodada, ele deve voltar à disputa na próxima, caso isso não aconteça a relação muda para conflituosa ou negociativa. Por fim, o último traço distintivo diz respeito aos impactos não intencionais causados a terceiros, ou seja, a atores não envolvidos diretamente com os lados participantes da relação. Nesse aspecto, a competição é vista como a relação mais benéfica, uma vez que ela aprimora sistematicamente o desempenho da organização no círculo social em que os competidores fazem parte.

Bartolini discorda que a democracia é um subproduto da competição, para ele a competição pressupõe a existência de um conjunto de normas e regras que ofereçam uma estrutura regulatória, sem a qual ela poderia degenerar em um conflito totalmente desregulado. Dessa forma, a democracia é uma condição necessária para a competição política e eleitoral, uma vez que ela fornece um conjunto de direitos e procedimentos básicos a serem respeitados (p.445). Por sua vez, essa estrutura fornecida pela democracia é estabelecida por relações de cooperação e negociação entre diferentes grupos e atores autônomos, o que faz do pluralismo condição necessária para a democracia e, conseqüentemente, para a competição (p.445).

Uma vez definidos os conceitos, o autor passa às condições necessárias para a competição política que busque maximizar a responsividade das elites com relação às preferências dos cidadãos, assim como em Dahl, sua teoria possui esse componente normativo. Tentando simplificar uma discussão muito mais complexa, a posição de Bartolini se baseia no que seriam dois níveis de democracia, a responsiva e a *accountable*, sendo a primeira mais demandante. Para eleições serem consideradas democráticas e *accountable* elas necessitam de “contestabilidade”, ou seja, é preciso que aqueles que queiram participar da disputa o possam fazer. Entretanto, a competição eleitoral seria o mecanismo chave para garantir um regime democrático, de certa forma, “melhor”, pois mais responsivo.

A diferenciação entre *accountability* e responsividade não é óbvia e constantemente são termos usados como sinônimos, mesmo invocando concepções normativamente diferentes de democracia. Para o autor, ser *accountable* significa ter a obrigação de se reportar, justificar e ser responsável pelas suas ações perante alguém; sua existência pode ser garantida simplesmente pela definição de procedimentos democráticos mínimos. Por sua vez, a responsividade envolve a transformação de *accountability* em necessidade de responder ao eleitorado, em outras palavras “ela requer mecanismos que garantam a canalização do apetite por poder dos políticos em direção à capacidade responsiva subjetivamente não intencional, mas objetivamente valiosa” (p.449). O mecanismo que garante isso é o de antecipação das reações, em que o político, se exposto a uma ameaça razoável de sanção eleitoral, estará continuamente preocupado com a opinião dos/as eleitores/as quanto à sua conduta, uma vez que preocupado em se manter no cargo.

Conforme adiantado, para uma democracia ser *accountable* apenas uma característica é necessária, a contestabilidade (*contestability*), que se refere ao grau de abertura para contestação em uma disputa política. Entretanto, para também ser responsiva são necessários mais três critérios. Uma é a vulnerabilidade eleitoral do incumbente (*electoral vulnerability of incumbents*) que se liga ao mecanismo de punição e recompensa do eleitor com relação aos políticos. Para que este funcione, a elite política precisa ter a percepção de sua vulnerabilidade frente ao eleitorado, isto é, precisa ter um eleitorado predisposto a mudar sua escolha eleitoral. Esta característica muda com o tempo e é chamada de “disponibilidade eleitoral” (*electoral availability*). Em suma, os políticos precisam estar vulneráveis ao julgamento do eleitor e, para que isso aconteça, esse precisa estar disponível para mudar de opinião. Aqui, voltamos à discussão sobre o eleitor “livre” ou, nos termos de Bartolini, “disponível”. Quando se coloca que o eleitor pode mudar de opinião, está presente a mesma imagem de um cidadão que tem a ingerência de avaliar o comportamento dos políticos e, tal como em um voto retrospectivo, punir ou recompensar. Justamente esse mecanismo que garante a responsividade do político. A última condição na verdade é um pressuposto para que as duas anteriores tenham sentido, é a “decidibilidade da oferta [política]” (*decidability of the offer*) que nada mais é que o grau de diferenciação entre as opções que se colocam no jogo político para a escolha do eleitor, em outras palavras, o eleitor tem que ter opções claras e diferentes entre si para se decidir e, caso essas condições não sejam satisfeitas, o mecanismo

de prêmio e punição fica prejudicado, bem como a inteligibilidade do processo político eleitoral, para ambos os lados.

A teoria de Bartolini é muito útil para pensar os processos políticos e alguns dos seus critérios podem ser aplicados teoricamente para marcar a diferença entre um regime e outro. Apesar disso, eles são muito difíceis de serem testados empiricamente. Começando pela possibilidade de contestabilidade como conceito básico para qualquer tipo de democracia: faz sentido. Porém, quando pensamos nas seis características para definir uma relação de competitividade aplicada à arena eleitoral, apenas duas são parcialmente observáveis, ainda que, novamente, não quantificáveis.

As três primeiras – princípio da ação, objetivos dos atores e percepção dos interesses [desses atores] – são subjetivas e, por mais que possamos imaginar possibilidades, não é possível chegar em uma certeza para cada caso estudado. Em seguida, temos o meio e a recompensa ao fim do processo. O meio é diretamente ligado pelo autor ao uso da violência e/ou ameaça dela, mas, mesmo que saibamos que na Primeira República o uso desse instrumento era mais presente do que nas eleições contemporâneas, como saber em que nível ela é usada hoje? Ainda, como verificar a ameaça de violência? Dentre os seis, a recompensa ao fim do processo é a mais acessível, uma vez que em um contexto de disputa eleitoral, o prêmio é o cargo. Dessa forma, podemos ligar esse conceito à possibilidade de alternância no poder, ou seja, sempre que a disputa se iniciar, o cargo (ou, de maneira mais geral, o governo) é colocado “at stake” e, ao fim do processo, deve ser entregue ao vencedor. O problema como critério é que sempre se pensa em uma possibilidade, uma vez que a alternância só é observável *a posteriori*. Por fim, os impactos não intencionais causados a terceiros são definidos de forma muito genérica e, por abstrato, também é impossível de serem mensurados.

Partindo para os três requisitos da democracia responsiva, supondo o interesse na classificação dos regimes com esse sentido valorativo, é difícil pensar quais seriam os critérios para saber se a elite tem percepção da sua vulnerabilidade ou, até mesmo o grau de consciência da mesma quanto a isso. Além disso, pode-se aplicá-lo em diferentes níveis. É possível pensar que na Primeira República os Poderes Executivos federal e estadual não fossem vulneráveis, dado o pacto dos governadores, mas que a nível local tinha disputa. Essa, por sua vez, não cumpria o critério do eleitor “livre”, mas logo após a transição do Estado

Novo também não. Se problematizarmos mais, quanto livre é o eleitor hoje? O critério é mais fácil de aplicar em casos extremos, em que o título eleitoral do indivíduo ficava em posse do cabo eleitoral e existia coação difusa – até direta, por vezes. Mas em outros casos, como verificar?

Por fim, a decidabilidade da oferta leva a outra discussão de difícil resposta. Primeiramente, precisaríamos definir o grau dessa diferença ou, em outras palavras, até que ponto as forças em disputa podem concordar para ainda serem consideradas diferentes. Mesmo que não competindo em eleições, no Império Brasileiro pós-regência de Feijó, o Partido Liberal rachou em duas frentes, conservadora e liberal. Sobre esses grupos, temos a frase clássica de Antônio Francisco de Paula H. C de Albuquerque “Nada se assemelha mais a um saquarema (conservador) do que um luzia (liberal) no poder”. O ponto que queremos colocar é que, apesar da elite estar dividida em dois grupos que defendiam as mesmas políticas, como continuidade da monarquia e da escravidão, eles se distinguiam em outras, por exemplo, enquanto conservadores eram a favor de maior centralização e, conseqüentemente, diminuição da autonomia das províncias, os liberais eram contrários ao Poder Moderador e ao Senado vitalício. Pensando nessa divisão em um quadro passível de escolha, o eleitor escravocrata teria que olhar outras distinções, enquanto o abolicionista se veria sem opções. Mesmo pensando o Brasil contemporâneo, qual a diferença entre PSDB e PMDB, para alguns pode não existir ou não ser significativa. Onde estabelecemos o corte desse critério? Como mensurar? Toda essa reflexão levando em conta disputas bipartidárias, naturalmente, a complexidade aumenta ao incluirmos mais atores.

Por sua vez, temos o conceito minimalista de democracia desenvolvido por Przeworski e que baliza esse trabalho. Segundo ele, democracia é “um sistema em que partidos perdem eleições e governos aceitam a derrota” (Przeworski, 1994, p.26). A primeira parte da sentença diz respeito à competitividade do pleito, ou seja, à possibilidade da oposição de derrotar o governo. Dessa forma, é um fenômeno não observável, uma vez que temporalmente anterior. Para lidar com essa limitação, usamos a aparência de competição como proxy da competitividade, em outras palavras, usamos o resultado final para fazer inferências sobre o processo anterior: uma eleição em que um candidato receba quase a totalidade dos votos deve indicar a inexistência de uma oposição viável.

A segunda parte da sentença diz respeito à aceitação do jogo democrático, e, assim,

à institucionalização da incerteza. Uma vez que existe o compromisso de todos os lados em aceitar os resultados para que, no futuro, sua vitória também seja respeitada, o jogo ganha força cada vez que se repete. Apesar de parecer natural em alguns países e para as novas gerações, a passagem pacífica do poder é um fenômeno recente e que se tornou comum apenas nos últimos quarenta anos⁴ (Przeworski, Rivero e Xi: 2012, p.3- 4). Ainda em 2008, 68 países, incluindo os dois elefantes, China e Rússia, nunca tiveram a experiência de uma transferência pacífica do poder entre partidos como resultado de uma eleição (Przeworski:2014, p.2, tradução livre).

A partir dessa definição, podemos concluir que a existência de eleições é critério insuficiente para classificar um período como democrático. No Brasil, à exceção dos oito anos em que perdurou o Estado Novo (1937-1945), eleições foram realizadas e governos formados a partir de seus resultados por mais de cem anos e, nem por isso, alguém defende que o país tenha sido democrático desde a sua independência. Eleições são necessárias, mas não suficientes para que tenhamos um regime democrático.

Dessa forma, não há como falar em democracia sem competição, não basta apenas que eleições sejam realizadas, a incerteza quanto aos resultados precisa estar presente, isso significa que, dada a disputa, os atores “sabem que é provável e possível, mas não o que vai acontecer” (Przeworski, 1994, p. 28). Nos termos da teoria Dahlsiana, o eixo da competição é mais importante como critério do que a participação, pensada como extensão do direito de voto. No caso brasileiro, o sufrágio durante o Império beirou o universal, entretanto, isso não o aproxima de um governo democrático.

Para pensar a diferenciação entre regimes democráticos e não-democráticos Przeworski sugere a diferenciação dessas duas formas de regime em termos de poder de controle sobre os resultados do jogo político (1984:37), tal estratégia se assemelha à “recompensa ao fim do processo” de Bartolini. Dessa forma, nas democracias temos instituições que garantem a manutenção do resultado final, ou seja, tem-se a salvaguarda da incerteza inerente à competição legítima. Em outras palavras, o jogo democrático envolve uma disputa em que o governo, apesar de possuir vantagens próprias à sua posição, não tem certeza quanto à própria vitória e, perdendo, aceita o resultado. Conquanto não possamos

⁴ A partir de um banco de dados contendo informações a respeito de três milhões de eleições pelo mundo, de 1788 a 2008, os autores afirmam que a passagem de poder se deu, na história, majoritariamente por golpes (coups), em detrimento de eleições.

operacionalizar o que seria uma competição “legítima”, em termos práticos, a única forma de atestar a ocorrência do fenômeno descrito é verificando se governos perderam eleições e há alternância no poder, ou seja, em uma análise *ex post*.

Ainda, o autor coloca que um regime deixa de ser democrático se falha em pelo menos uma das quatro regras a seguir: (1) o chefe do Executivo precisa ser eleito; (2) o Legislativo precisa ser eleito; (3) é necessária a presença de mais de um partido na competição eleitoral e; (4) deve haver a possibilidade para alternância no poder (Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi, 2000). A competição aqui é estritamente ligada à existência dessa última condição, entretanto, enquanto os dois períodos em estudo satisfazem os três primeiros requisitos, o quarto é o que os diferencia.

Portanto, para resumir a ideia principal, o que garante a democracia é o acordo entre os atores de respeitarem a regra do jogo democrático, ou seja, aceitar o resultado das eleições e esperar a próxima vez em que poderão disputar o poder. Dahl desenvolve esse raciocínio em termos dos custos de repressão e tolerância, segundo o autor “quanto maior o conflito entre governo e oposição, mais provável é o esforço de cada parte para negar uma efetiva oportunidade de participação à outra nas decisões políticas. Em outras palavras, quanto maior o conflito entre governo e seus oponentes, mais difícil se faz a tolerância de um para com o outro” (1971/2012, p.36).

1.2) 1930 E A DOMINÂNCIA ESTADUAL

Nessa seção nos concentraremos nas últimas eleições presidenciais realizadas na Primeira República, imediatamente anterior ao golpe de 1930 que colocou Vargas no poder e levou à instauração da ditadura estado-novista em 1937. A disputa de 1º de março de 1930 foi polarizada em torno de dois candidatos: Júlio Prestes concorria pela “Concentração Republicana”, enquanto a Aliança Liberal lançava Getúlio Vargas. O vencedor foi Prestes com 1.115.377 votos, contra 782.636 de Vargas. Entretanto, tratou-se de uma Vitória de Pirro, uma vez que o candidato não chegou a assumir o cargo.

Sabe-se que, ao final de cada processo eleitoral da época, eram formadas no

Congresso “Comissões Auxiliares⁵” responsáveis por verificar a existência de irregularidades⁶ no pleito. Após o estudo das atas de apuração, as informações eram centralizadas na “Comissão de Poderes”, a qual julgava as infrações e emitia um parecer a respeito da validade das eleições. Faço agora uma análise dos principais pontos trazidos pelo referido parecer⁷ no tocante às características do processo eleitoral da época e, também, às conclusões específicas que podem ser retiradas do pleito de 1930.

O eixo que estrutura o parecer é uma afirmação simples: a eleição de 1930 foi julgada como justa e limpa. O primeiro ponto contido nesse julgamento é o respeito ao padrão de resultados encontrados até então nas eleições anteriores, ou seja, a organização do apoio eleitoral dada em termos estaduais, em que o candidato tinha a certeza de receber a quase totalidade dos votos na localidade em que contasse com o apoio do governador. Vale o excerto:

Porque assim seja, está bem dever que a legitimidade do resultado global do pleito de 1º de março, próximo findo, só poderia ser posta em dúvida *se as votações obtidas pelos candidatos dos diversos situacionismos estaduais estivessem em desacordo com a regra que a sucessão dos fatos estabeleceu*. Ora, segundo consta dos mapas levantados pela Secretaria do Congresso (anexão¹) os ilustres Srs. Júlio Prestes e Getúlio Vargas obtiveram, respectivamente, 1.115.377 e 782.636 dos votos, dos quais 1.015.675 e 615.450 *como candidatos das situações dominantes* e apenas 93.942 e 163.424 *como candidatos dos elementos a ela adversos*. Consequentemente, *já pela analogia dos resultados parciais desta como de todas as eleições presidenciais anteriores, já porque, quer á vista dos elementos eleitorais de que os dois eminentes candidatos dispunham, quer em face da lógica dos fatos, o resultado acima mencionado era, em suas linhas gerais, o único raciocínio presumível, nada, em princípio, se pode fundadamente alegar contra a sua veracidade.* (DCD, 21/05/1930: 536, realce meu)

O teor desse discurso é relevante ao nos dizer que, conhecendo a posição do governador do estado, o resultado das votações era previsível, em outras palavras, sabia-se

⁵ De acordo com o disposto nos Anais, sabemos que foram cinco comissões auxiliares, cada uma responsável pelo estudo dos resultados de determinados estados. A primeira ficou encarregada por Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. A segunda por Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. A terceira por Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal. A quarta por Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A quinta por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁶ As irregularidades eram dispostas em cinco categorias: 1. Livros que continham folhas arrancadas; 2. Atas sem formalidade legal; 3. Falta de ata da eleição; 4. Recusa de fiscal; 5. Falta de rubrica nos livros; 6. Entrelinhas e rasuras (não ressalvadas) em partes essenciais da ata; e 7. Falta de reconhecimento das firmas dos eleitores e excesso de votos.

⁷ O referido parecer e os relatórios de apuração encontram-se disponíveis na íntegra para consulta nos Diários da Câmara dos Deputados. Plataforma virtual. Sessão legislativa do dia 21/05/1930, páginas 535 a 569.

como o eleitor votaria, ou melhor, como a apuração revelaria como o eleitor havia votado. Tão certa é, que nos termos do parecer, os 615.450 votos recebidos por Vargas como “candidato da situação dominante” dizem respeito à soma das votações nos três estados que declaravam apoio a ele: Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Seguindo a mesma lógica, Prestes recebeu 93.942 votos como candidato de oposição nesses mesmos estados. Podemos concluir desse ponto que um dos eixos em que se deu a competição entre Prestes e Vargas foi pelo apoio junto aos governadores estaduais. A tabela 1 a seguir mostra o resultado do escrutínio por estado da federação com os percentuais de votos recebidos pelos dois candidatos em cada um deles.

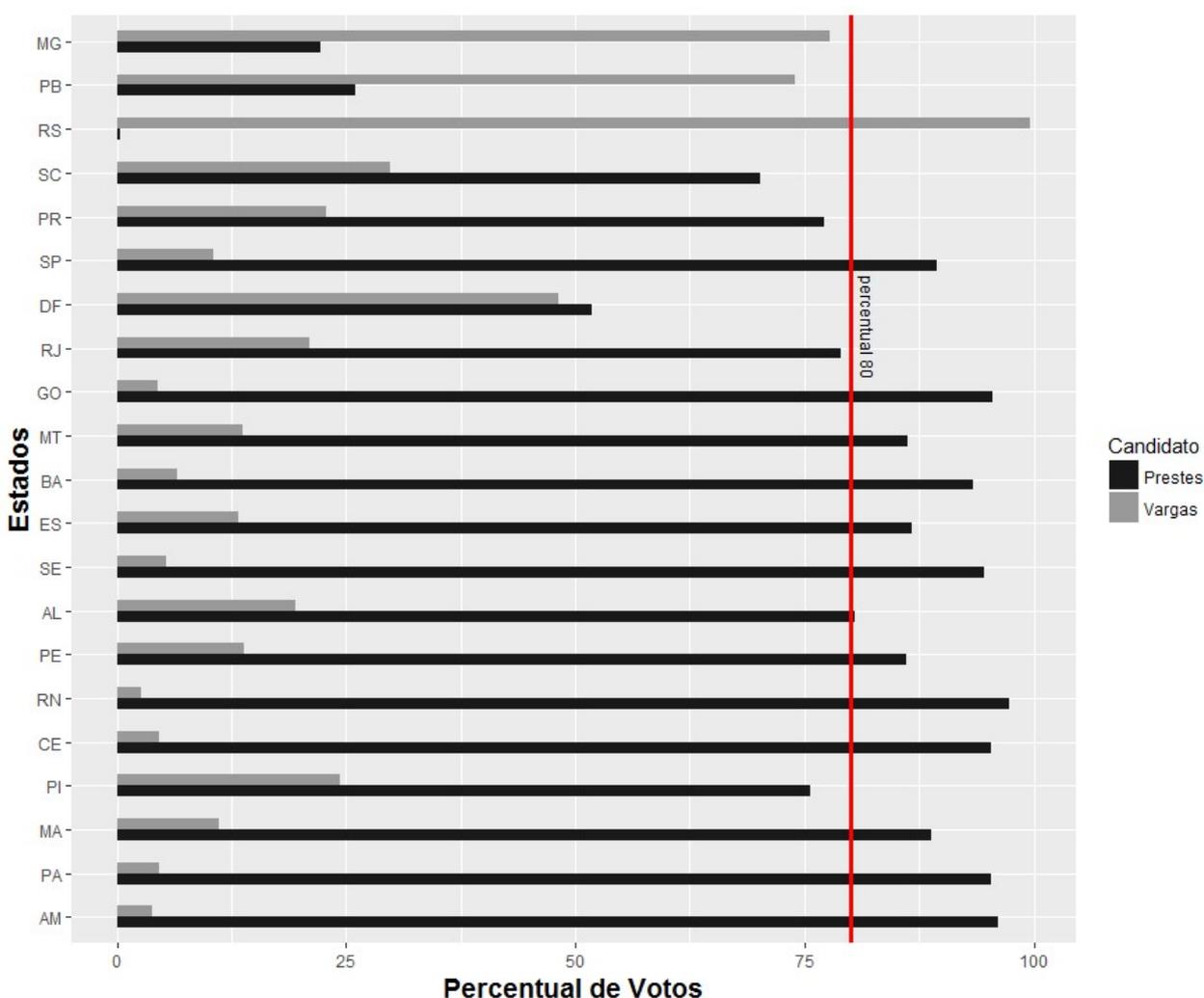
TABELA 01: DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS
PRESIDÊNCIA – 1930 – BRASIL (% - POR ESTADO)

Estado	Votos no Estado (%)		Diferença de Votos (%)
	Prestes	Vargas	
Amazonas	96.15	3.85	92.31
Para	95.31	4.69	90.62
Maranhão	88.79	11.21	77.58
Piauí	75.61	24.39	51.23
Ceará	95.32	4.68	90.65
Rio Grande do Norte	97.38	2.62	94.77
Paraíba	26.02	73.98	47.96
Pernambuco	86.06	13.94	72.12
Alagoas	80.47	19.53	60.94
Sergipe	94.55	5.45	89.09
Espirito Santo	86.68	13.32	73.36
Bahia	93.33	6.67	86.66
Minas Gerais	22.16	77.84	55.67
Mato Grosso	86.33	13.67	72.67
Goiás	95.59	4.41	91.19
Rio de Janeiro	78.98	21.02	57.96
Distrito Federal	51.78	48.22	3.55
São Paulo	89.41	10.59	78.81
Rio Grande do Sul	0.35	99.65	99.31
Paraná	77.10	22.90	54.20
Santa Catarina	70.13	29.87	40.27

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de documentos presentes nos DCD, 21/05/1930: 537~543

Em consonância com o exposto anteriormente, o padrão de votos mostra uma dominância de, pelo menos, 80% dos votos ao candidato da situação local em 14 dos 21 estados, sendo que desses, 8 ultrapassam a faixa dos 90%. No Rio Grande do Sul, o resultado é estarrecedor, uma vez que Vargas conquista quase 100% do apoio no Estado. Já nos outros dois estados em que era o candidato dominante, Minas Gerais e Paraíba, o mesmo candidato mobiliza 77,84% e 73,98% dos votos, respectivamente. O gráfico a seguir ajuda na visualização desse padrão:

GRÁFICO 01: DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS
PRESIDÊNCIA – 1930 – BRASIL (POR ESTADO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de documentos presentes nos DCD, 21/05/1930: 537~543

Dessa característica, decorre que a única forma de acrescentar incerteza à eleição seria pelo alistamento fraudulento de eleitores, como colocado no parecer:

Desde que, pelo motivo acima expendido, a vitória de um ou de outro dos candidatos era simples função de *maior ou menor número de eleitores existentes nos estados de cujos situacionismos fossem candidatos – é natural* que a primeira preocupação de quantos pretendessem fraudar o pleito fosse a de, pelo *alistamento de cidadãos sem a necessária capacidade eleitoral*, aumentar o respectivo eleitorado” (DCD, 21/05/1930: 537).

A tabela 02 traz o aumento da população e do eleitorado de 1922 para 1930 e ajuda a verificar a questão do alistamento. Além disso, está presente o comparecimento eleitoral para esse último ano, uma vez que o parecer também coloca a falsificação das atas como possibilidade de aumentar a votação a favor de certo candidato, o que seria ilustrado pela porcentagem “anormal” de eleitores presentes no pleito.

TABELA 02: POPULAÇÃO E ELEITORADO / COMPARECIMENTO
1922 – 1930 / 1930 – BRASIL (% - POR ESTADO)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de documentos presentes nos DCD, 21/05/1930: 537~543

Estado	Eleitorado (% da população)		Crescimento do Eleitorado (%)	Comparecimento em 1930 (%)
	1922	1930		
Rio Grande do Sul	7,04	12,43	5,38	8,9
Goiás	2,35	3,35	1	78,43
Bahia	3,67	5,51	1,83	72,02
Ceará	4,77	7,68	2,9	71,72
São Paulo	3,58	8,07	4,5	71,19
Paraíba	2,81	4,69	1,87	67,98
Pará	4,88	6,41	1,53	67,92
Piauí	2,34	4,09	1,75	67,61
Maranhão	3,68	5,38	1,69	67,17
Rio Grande do Norte	2,94	3,63	1,75	64,05
Mato Grosso	-	6,26	-	62,53
Pernambuco	2,72	4,08	1,36	61,52
Sergipe	3,61	5,24	1,63	61,34
Santa Catarina	4,14	7,95	3,8	61,07
Minas Gerais	5,34	8,67	3,33	57,28
Espírito Santo	3,79	7,36	3,57	54,33
Rio de Janeiro	5,55	8,41	2,86	53,75
Paraná	4,65	10,31	5,66	52,87
Alagoas	2,19	3,02	0,82	51,02
Distrito Federal	6,05	9,86	3,8	22,52
Amazonas	1,96	4,46	2,5	30,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de documentos presentes nos DCD, 21/05/1930: 546~546

Quanto à questão do alistamento fraudulento, o parecer conclui pela normalidade, uma vez que a quantidade de eleitores por estado permanece na média de 10% de sua população, o pequeno excedente do Rio Grande do Sul seria explicado pelo já evidenciado apoio maciço a Vargas nessa localidade, também patente na taxa de 80,90% de comparecimento no mesmo estado. Entretanto, mais conclusões podem ser tiradas ao olharmos para os principais estados da competição. Mesmo que a grandeza dos números não seja grande o suficiente para caracterizar manipulação, o segundo maior aumento no eleitorado ocorreu no principal estado varguista, Rio Grande do Sul, assim como se destaca o crescimento em São Paulo, estado com a maior população à época e apoiador de Prestes. Em 10 estados o eleitorado em 1930 era pelo menos uma vez e meia o seu montante de 1922, sendo que desses, três mais que dobraram de eleitores e dois chegaram perto dessa marca. Dada a época em que o alistamento se dava majoritariamente com influência das forças

políticas locais, esses números representam uma preocupação em aumentar o número de votos “fazendo” mais eleitores, de ambos os lados⁸.

Porém, esse esforço seria inócuo se os eleitores feitos não contassem no momento do pleito. As taxas de comparecimento mostram que essa era uma preocupação dos políticos, uma vez que observamos taxas altas, principalmente se considerarmos o fato de que o voto não era obrigatório à época. Segundo o relatório, o número de eleitores presentes não foi anormal, visto que a média nas eleições anteriores foi de 70%, também alta. Apenas dois estados extrapolam essa faixa: Rio Grande do Sul, como esperado, e Goiás.

Uma vez exposta a lógica estadual das eleições de 1930, cabe pensar o resultado obtido por Vargas e quais fatores poderiam ter impedido sua derrota. Os dados mostram que o eleitorado total disponível era de 2.941.778 eleitores, dos quais 1.075.272 se concentravam nos estados apoiadores de Getúlio. Assim, para alcançar os 50% +1 dos votos exigidos pela regra majoritária, o candidato precisaria, além de todos os votos em que era situação, mobilizar mais 395.618 (21,20%) dos votos de seu oponente e ainda contar com 100% de comparecimento. Era um quadro que desafiava a “lógica dos fatos”.

Com base no que a maior parte da literatura afirma, podemos conjecturar que a Comissão de Poderes interferiu no processo em sua verificação, anulando votos de Getúlio Vargas em favor da vitória de Prestes. Dessa forma, realizei os cálculos do número de votos anulados por estado para cada candidato, seguindo as sete categorias de infração verificadas pelas Comissões Auxiliares⁹. Segue o resultado:

⁸ Fator também relevante, na época não existia sanção para o não alistamento, que foi criada apenas em com o Código Eleitoral de 1932. A partir dele, os cidadãos eram obrigados a apresentar o título eleitoral para provar a identidade nos casos exigidos pela legislação, além de desempenhar cargos públicos e profissões para as quais era exigida cidadania brasileira (Nicolau, 2012, p.77).

⁹ Ver nota 02, página 06.

TABELA 03: VOTOS ANULADOS, POR CANDIDATO, SEGUNDO INFRAÇÃO

PRESIDÊNCIA – 1930 – BRASIL (POR ESTADO)

Grupo de Infração	Estados	Anulados	
		Vargas	Prestes
1	Minas Gerais	70	814
2	São Paulo	6383	4
3	Rio Grande do Sul	0	721
4	Santa Catarina	109	5
5	Amazonas	83	5
	Minas Gerais	3396	318
6	Espirito Santo	68	87
	Santa Catarina	472	162
	São Paulo	565	50
	Rio Grande do Sul	7	4886
	Bahia	39	0
	Minas Gerais	3138	21385
7	Goiás	351	28
	Amazonas	592	30
	Pará	399	75
	Maranhão	144	90
	Piauí	460	115
	Ceará	329	18
	Bahia	1075	49
	Espirito Santo	302	72
	Distrito Federal	790	834
	São Paulo	1006	126
	Santa Catarina	842	518
	Rio Grande do Sul	10	3209
	Minas Gerais	1075	2631
	Mato Grosso	2	0
Total		21072	36232

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de documentos presentes nos DCD, 21/05/1930: 540~543

Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo foram os estados com mais tipos diferentes de infrações cometidas e também os que contabilizaram maior número de votos anulados, com respectivamente 32.827, 8.833 e 8.134 votos. Dentre esses, o maior prejudicado foi Vargas, detentor da maioria dos votos anulados em Minas Gerais e Rio

Grande do Sul: 76,60% e 99,80%. Porém, validando os votos anulados de Vargas e mantendo os de Prestes, obteríamos o resultado de 1.115.377 para o primeiro e 824.296 para o segundo, ou seja, a vitória de Prestes com uma vantagem de 291.081 votos. Ainda, quando calculado o impacto dessas anulações para os resultados finais por estado – através da diferença entre os resultados finais dos mapas de apuração e os votos anulados – verificamos que este não é significativo, uma vez que em nenhum estado a perda de votos levou ao acréscimo de, pelo menos, 1% de votos ao candidato adversário.

Na biografia de Vargas, Lira Neto expõe uma troca de telegramas entre Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, a qual expõe a perplexidade do candidato quanto ao alistamento geral do país após as campanhas promovidas “por aliancistas” e “apoiadores do governo federal”. Em suas palavras:

Não supunha fosse tão elevado alistamento geral país. Total dois milhões setecentos mil eleitores. Quer dizer, excetuando Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande, sobram um milhão duzentos mil eleitores outros estados. Considero perdida possibilidade nossa vitória.¹⁰

Ao qual obtém resposta:

Não compreendo teus cálculos, admitindo que compareçam às urnas 70% do eleitorado, teremos um milhão e oitocentos mil votos. Dessa votação, a Aliança levará um milhão mais ou menos. Só um desastre eleitoral em Minas, onde a compressão continua, poderá arrebatar-nos a vitória.¹¹

Um dia depois, com informes de que as eleições de Minas Gerais seriam mais disputadas do que o suposto, Oswaldo Aranha informa Vargas:

Ante a derrota eleitoral irrecusável, devido falta Minas, Aliança soterrada em sua maior força, penso meu dever preparar terreno, orientando nossos elementos para direita, com calma.¹²

Pelos dados expostos, sabemos que o eleitorado de Minas Gerais contabilizara 645.521 eleitores, dos quais 287.809 votaram em Vargas. Supondo que todo o comparecimento do estado fosse creditado a esse candidato e, portanto, transferindo para ele os 81.957 votos mineiros de Prestes, ainda assim a vitória não seria garantida: 864.593 contra 1.033.420. Na realidade, considerando um quadro altamente irrealista em que – mantendo os outros estados constantes – todo o eleitorado potencial mineiro tivesse comparecido (contra

¹⁰ Telegrama de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 24 de fevereiro de 1930. Arquivo CPDOC-GV (Documento GV C 1930.02.24/2)

¹¹ Telegrama de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 24 de fevereiro de 1930. Arquivo CPDOC-GV (Documento GV C 1930.02.24/2)

¹² Telegrama de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 25 de fevereiro de 1930. Arquivo CPDOC-GV (Documento GV C 1930.02.25/3)

uma realidade de 57,28% de eleitores presentes) e votado em Getúlio, ou seja, dominância de 100% sobre todos os eleitores no estado, Vargas teria ganhado com uma diferença de 106.927 votos, com um placar final de 1.140.347 contra 1.033.420 de Prestes.

A primeira conclusão a ser tirada dessa análise é que, em consonância com Ricci e Zulini (2014), a Comissão de Poderes não era um instrumento sistemático de distorção dos resultados eleitorais em favor da situação política dominante, uma vez que os votos por ela anulados não interferiram significativamente no resultado final do pleito, para nenhum dos candidatos: o resultado não foi fabricado e, sim, resultado de eleitores reais. Também, em concordância com a lógica exposta pelo parecer, de introdução de novos eleitores e apoio a nível estadual, podemos concluir que Vargas não conseguiu “fazer” o número de eleitores necessários em Minas Gerais, estado de apoio majoritário a ele e com o segundo maior eleitorado do período. Fato admitido pelo próprio político: “Se me dissessem que Minas, com a população que possui, daria somente 350 mil votos, teria recusado a candidatura e estaria tranquilamente administrando o Rio Grande”¹³.

Como espero ter demonstrado, a disputa de 1930 foi marcada pelo padrão de competição em que os candidatos se enfrentavam utilizando o apoio que obtinham dos estados, estes, por sua vez, marcados pelo governismo, em outras palavras, o acordo com um governador era capaz de mobilizar centenas de votos – até milhares, a depender do estado. O parecer ilustra isso com todas as palavras:

Quem quer que se dê ao trabalho de perلustrar os resultados das eleições presidenciais, ou senatoriais, realizadas em *todos os estados*, desde a proclamação da República até os nossos dias, para logo verificará que, *salvo raríssimas exceções, quase todos esses resultados são favoráveis aos candidatos da situação dominante*. DCD, 21/05/1930: 536.

Em resumo, dado o controle que as elites políticas estaduais tinham sobre seus eleitores, os resultados eram previsíveis, isso é, era possível saber com certeza quem sairia vencedor da eleição. Mesmo no caso da eleição presidencial mais disputada de todo o período, valeu a ‘lógica dos fatos’ e o resultado verificado foi o único ‘logicamente possível’,

¹³ Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, 1º de março de 1930. Arquivo CPDOC-GV (Documento GV C 1930.03.01/3).

levando em consideração o funcionamento das eleições até o momento, de baixa mobilização e apoio integral dos estados em que eram situacionistas.

1.3) 1945 E A INTRODUÇÃO DA INCERTEZA ESTADUAL

As primeiras eleições presidenciais da Segunda República foram realizadas em dezembro de 1945, após 08 anos de ditadura Vargas. A competição se deu principalmente entre dois candidatos, Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD) e Eduardo Gomes pela União Democrática Nacional (UDN). O terceiro colocado na competição, Yedo Fiúza, do Partido Comunista (PCB), conquistou quase 10% do total nacional, entretanto, não ganhou em nenhum estado. Rolim Telles concorreu pelo Partido Agrário Nacional (PAN) e não chegou a receber 1% dos votos. O vencedor foi Dutra com 3.229.045 (55,39%) dos votos.

A análise a seguir busca ilustrar a distribuição dos votos nessas eleições através de diferentes níveis de agregação, seu intuito é verificar o grau de competitividade dos pleitos, bem como sua mudança à medida que avançamos do Estado para os municípios e, por fim, no caso do Estado de São Paulo, até as seções. Ao mesmo tempo, procura-se marcar a diferença com a eleição recém-analisada pelo contraponto com 1945. A tabela a seguir contém a distribuição dos votos por estado para os três primeiros colocados. Seguindo o mesmo padrão da seção anterior, para verificar o nível de acirramento da disputa, utilizei a diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocado – na prática, entre Dutra e Gomes – de modo que, quanto menor esse resultado, mais acirrada a disputa foi considerada.

TABELA 04: DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS
PRESIDÊNCIA – 1945 – BRASIL (% - ESTADO)

Estado	Votos no Estado (%)			Diferença entre 1º e 2º lugares (%)
	Dutra	Gomes	Fiuza	
Goiás	50.38	42.12	7.51	8.26
Mato Grosso	47.53	45.18	7.29	2.35
Bahia	52.78	40.97	6.25	11.81
Distrito Federal	34.26	37.95	27.79	3.69
Espírito Santo	70.05	25.68	4.28	44.37
Minas Gerais	57.33	40.67	2	16.66
Rio de Janeiro	55.59	31.13	13.28	24.47
Sergipe	45.76	45.64	8.60	0.12
Alagoas	52.81	39.20	7.99	13.62
Ceará	37.94	57.66	4.39	19.72
Maranhão	61.76	37.30	0.94	24.45
Paraíba	42.74	53.25	4	10.51
Pernambuco	48.21	35.42	16.38	12.79
Piauí	46.35	53.15	0.5	6.8
Rio Grande do Norte	49.16	44.13	6.71	5.04
Amazonas	58.17	33.25	8.58	24.93
Pará	56.30	39.80	3.9	16.50
Paraná	70.46	26.04	3.5	44.41
Rio Grande do Sul	73.58	18.16	8.25	55.42
Santa Catarina	65.62	33.52	0.87	32.10
São Paulo	57.77	27.95	14.28	29.82
Total	55.40	34.85	9.75	Média: 19.42

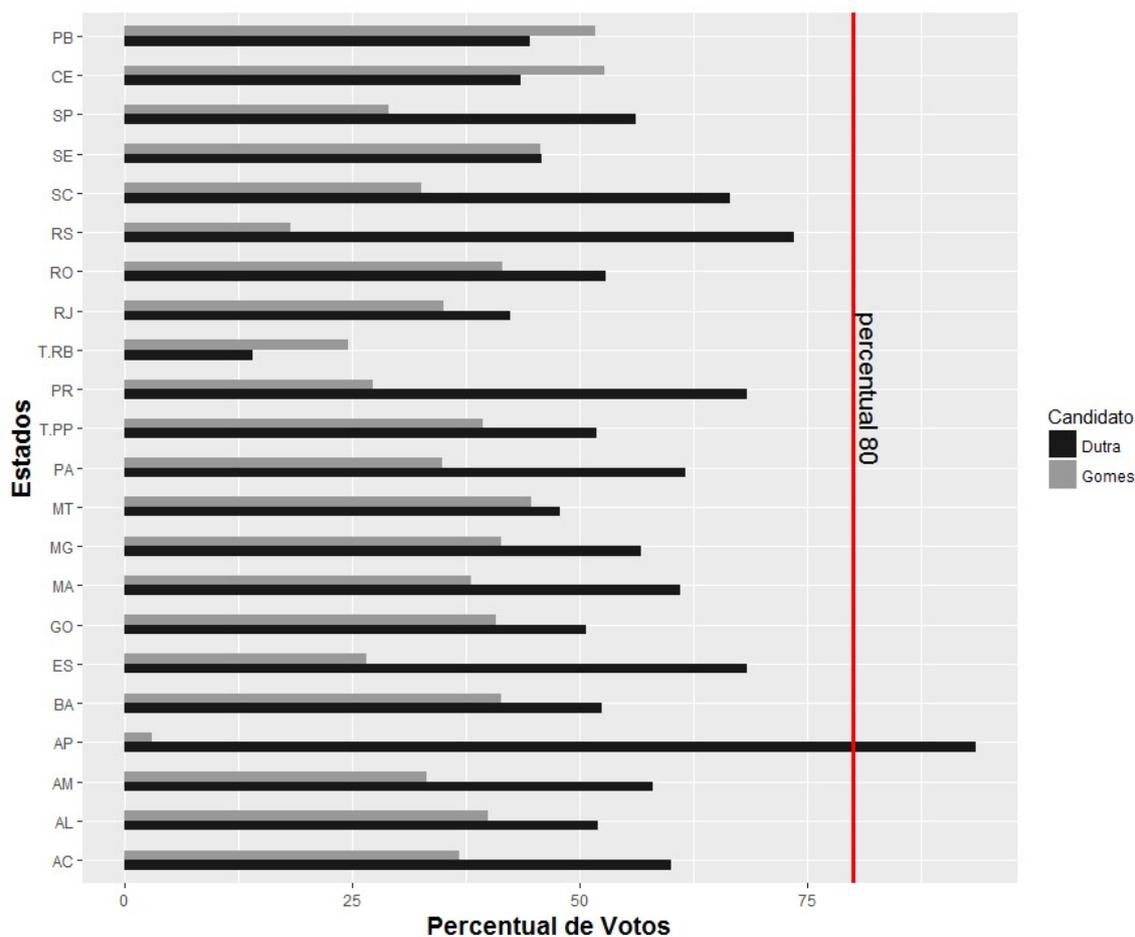
Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais do TRE.

Ao comparar os resultados finais agregados de ambos os períodos, poderíamos conjecturar que as eleições não teriam sido tão diferentes entre si. A diferença de votos entre os primeiros lugares – de 1930 e 1945 – foi de apenas 4%, ambos ficando na segunda metade dos 50%. Entre os segundos colocados em cada eleição, por sua vez, a diferença é de 5,67%¹⁴. Porém, quando analisamos a distribuição de votos a nível mais desagregado nossa percepção

¹⁴ Como exposto nas seções anteriores as disputas em 1930 se resumiram a Júlio Prestes e Getúlio Vargas. Já em 1945, tivemos Eurico Gaspar Dutra (PSD - PTB) contra Eduardo Gomes (UDN). Os vencedores foram Prestes (59,39%) e Dutra (55,39%), em segundo lugar Vargas (40,41%) e Eduardo Gomes (34,74%).

muda, nos deparamos com padrões de votação muito diferentes. O gráfico abaixo fornece as mesmas informações que o anterior, mas para a disputa de 1945:

GRÁFICO 02: DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS
PRESIDÊNCIA – 1945 – BRASIL (POR ESTADO)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais do TRE.

Com referência aos resultados por estado, fica muito claro que nas eleições de 1930 cada localidade possuía um dos candidatos como dominante. Mesmo se considerarmos como dominância taxas muito altas, como mais de 85% das votações para o primeiro colocado, temos mais da metade dos estados em que a competição era fechada para um dos disputantes – dos 21 estados, 8 possuíam dominância maior do que 90% e mais 5 entre 85 e 90%. Se

reduzirmos a taxa de dominância para 70%, apenas o Distrito Federal, localidade historicamente mais disputada, não tem votação dominada por um dos competidores.

Em 1945, o Amapá foi o único estado em que observamos uma taxa de dominância maior que 80%. Descendo à taxa de 70% encontramos apenas 3 territórios dominados: Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul com 70.05%, 70.46% e 73.58% de votos para Dutra, respectivamente. São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas possuem diferença entre 20% e 30%, dos demais, todos são muito competitivos, com resultados de 45 x 55 ou mais acirrados.

Voltando a atenção para a diferença entre primeiro e segundo lugar podemos perceber um equilíbrio geral nos estados, ou seja, eleições realmente competitivas nesse nível, contrariamente ao encontrado no período anterior. A diferença média entre os candidatos é de 19,42% e cai para 14,65% ao tirarmos do cômputo os três estados dominados. Em 1930 essa média era de 70,52%, subindo para 83,57% retirando os sete estados não dominados. O Partido Comunista em 1945, por sua vez, obteve votação significativa em quatro estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Distrito Federal.

Com relação à distribuição geográfica, a região Sul é a que obteve resultados mais homogêneos. Dutra ganhou nos quatro estados com diferença de votos para Gomes superiores a 29%, dos quais dois estados tiveram dominância a uma taxa de 70%. Tanto a região Centro-Oeste como a região Norte possuem dois estados, entretanto, a primeira foi muito mais disputada que a segunda. A diferença de votos entre Dutra e Gomes foi de 8,26% e 2,35% em Goiás e Mato Grosso, já no Amazonas e no Pará 24,93% e 16,50%, respectivamente. Os sete estados do Nordeste possuem pleitos disputados, com diferenças entre os candidatos menores ou próximas à média. O mesmo se pode dizer da região Leste, com exceção do Espírito Santo que, como dito, é dominado a uma taxa de 70%.

A tabela seguinte possui a diferença de votos entre Dutra e Gomes nos municípios brasileiros¹⁵, separados em faixas de 5%. Para cada faixa temos o número de municípios que se enquadram apenas naquela diferença de votos e, ao lado, o total de municípios acumulados, ou seja, a soma de todos os municípios das faixas anteriores juntamente com os do novo intervalo. A última coluna apresenta o quanto os municípios da categoria

¹⁵ Possuímos dados para 26,11% dos municípios da época. O anexo 04 mostra uma tabela com a cobertura de cada estado.

representam em relação ao total, em porcentagem.

TABELA 05: DIFERENÇA DE VOTOS OBTIDOS ENTRE DUTRA E GOMES
PRESIDÊNCIA – 1945 – BRASIL (POR MUNICÍPIO)

Diferença entre os votos obtidos (%)	Municípios na Categoria (%)	Total de Municípios Acumulados (N)	Municípios Acumulados na Categoria (%)
0 a 5	59	59	8.48
5 a 10	70	129	18.53
10 a 15	65	194	27.87
15 a 20	65	259	37.21
20 a 25	51	310	44.54
25 a 30	61	371	53.30
30 a 35	46	417	59.91
35 a 40	48	465	66.81
> 40	231	696	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Saulo Said do IESP.

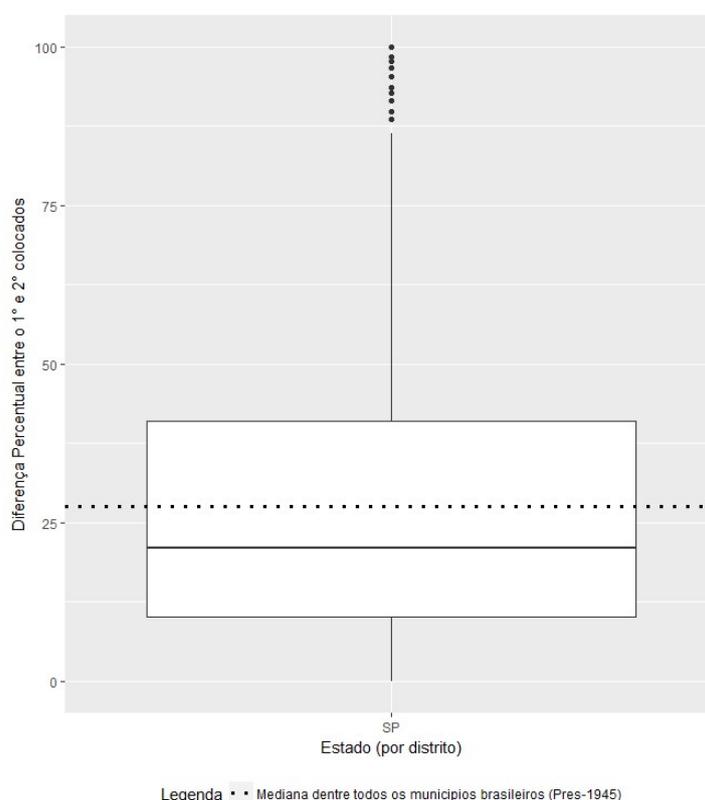
A partir da votação obtida nos municípios, fizemos o computo, tal como anteriormente, dos sufrágios recebidos pelos dois grandes candidatos do pleito: Dutra e Gomes. Consideramos como competitivas as disputas com diferenças de até 30%¹⁶. Como fica claro, o resultado é expressivo. 53,30% dos municípios do país tiveram disputas competitivas nas primeiras eleições da República de 46-64, logo após uma ditadura, esta, precedida por um regime oligárquico. A quantidade de municípios é significativa em todas as faixas de diferenças entre os candidatos, indicando uma variedade expressiva no grau de competitividade entre os municípios, em outras palavras, no quanto uma oposição viável conseguia se formar. Em apenas 33,2% dos municípios foram registrados resultados de 30 x 70 ou menos acirrados.

Os boxplots abaixo foram feitos a partir da mesma base de dados e representam a distribuição da diferença de votos entre Dutra e Gomes nos diferentes estados. A mediana

¹⁶ Como parâmetro, 30% de diferença corresponde a resultados de 65% x 35% dos votos ou mais acirrados.

nacional corta todas as distribuições e seu posicionamento nos diz que metade dos municípios brasileiros teve uma diferença de votos inferior a 27% entre os dois candidatos, ou seja, bem competitivos. De modo que dos vinte e dois estados representados, onze tiveram diferenças menores que essa.

GRÁFICO 03: DIFERENÇA DE VOTOS OBTIDOS ENTRE OS PRESIDENCIÁVEIS DUTRA E GOMES
1945 – SÃO PAULO (POR MUNICÍPIO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Saulo Said do IESP.

Os estados mais competitivos foram Sergipe e Mato Grosso. A diferença de votos entre os presidenciáveis variou entre 3% - 30% no primeiro e 1% - 65% no segundo. Apesar da grande variação, 75% dos municípios Matogrossenses foram competitivos a uma diferença de 20% entre Gomes e Dutra. Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais e Pará possuem distribuições muito semelhantes, com máximos – excetuando *outliers* – próximos a 62,5% e mínimos de 1%, as medianas em torno de 18% de diferença e terceiros quartis de 37,5%. Por fim, Maranhão, Paraíba e Território de Ponta Porã são os demais locais com medianas abaixo

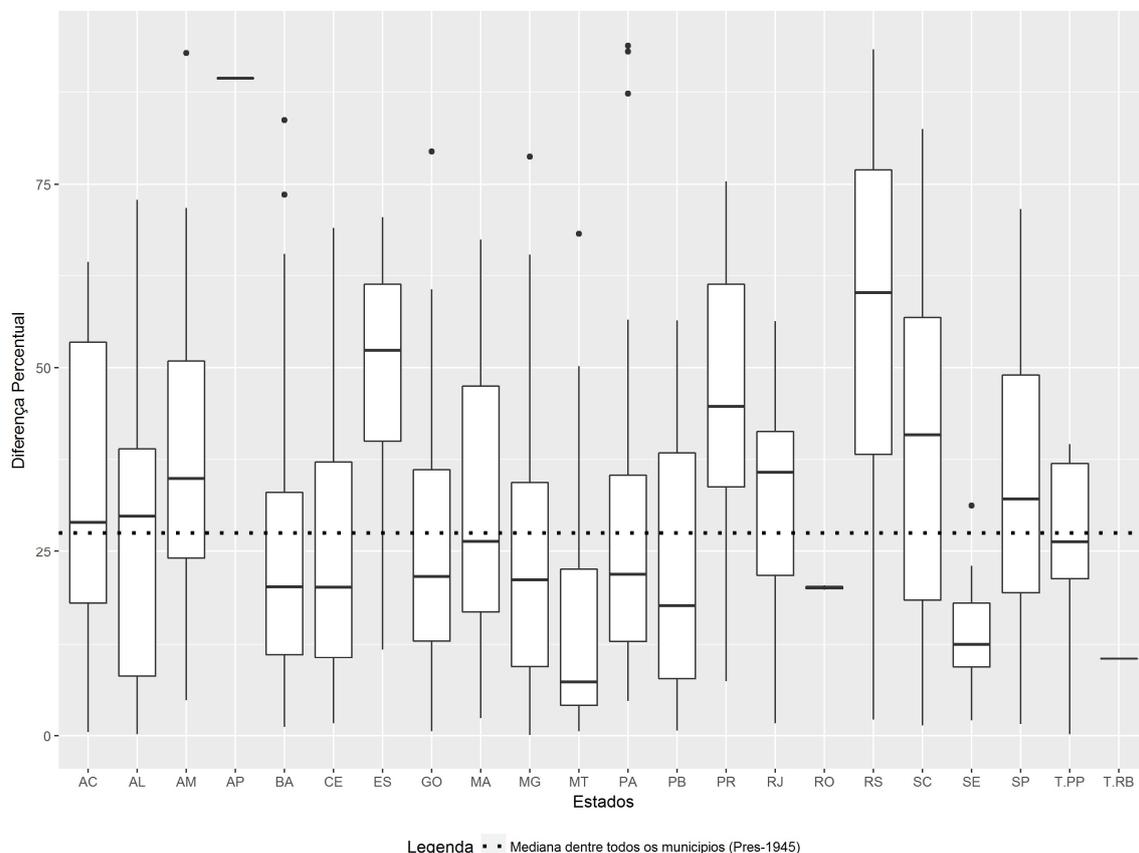
da mediana nacional¹⁷.

O Rio Grande do Sul foi o estado com a maior taxa de dominância, seu máximo foi próximo a 93%, enquanto o terceiro quartil da distribuição se encontra nos 75% de diferença entre Dutra e Gomes. A variação também é alta, uma vez que o primeiro quartil é 35,5 e a amplitude geral ocupa quase a totalidade do eixo y, com dominâncias a níveis maiores que 90% e disputas acirradas a 2%. Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina são os estados menos disputados, com medianas variando entre 39% e 52%, porém, com mínimos de 12% a 2%. Acre, Alagoas, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo possuem medianas maiores, mas muito próximas à mediana nacional; seus máximos não ultrapassam 80% de dominância e todos tem municípios competitivos entre 1% e 4% de diferença entre Dutra e Gomes.

O padrão de caixas alongadas e/ou grandes bigodes é bem claro no quadro municipal como um todo, indicando que as faixas de diferença entre os presidenciáveis da tabela 5 distribuem-se entre todos os estados da federação em 1945. Portanto, passando do nível estadual para o municipal percebemos a ocorrência de municipalidades mais dominadas, mas praticamente todos os estados com competições entre 1% e 10% de diferença entre os candidatos, ou seja, resultados aproximados de 45 x 55 ou menos. Nenhum candidato domina o estado inteiro, ou seja, os municípios são altamente divididos.

¹⁷ Os estados de AP, Roraima e o Território de Rio Branco possuem baixo número de municípios, achatando a distribuição a uma linha. Enquanto o primeiro é dominado a uma diferença de 87,5% dos votos, os dois últimos são competitivos com diferença entre Dutra e Gomes de, respectivamente, 20% e 11%.

GRÁFICO 04: DIFERENÇA DE VOTOS OBTIDOS ENTRE DUTRA E GOMES
PRESIDÊNCIA – 1945 - SÃO PAULO (POR SEÇÃO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Saulo Said do IESP.

Para o Estado de São Paulo¹⁸ possuímos informação para descer mais um nível de agregação. As informações transmitidas pelo gráfico 06 são as mesmas dos resultados desagregados até município, mas por seção (N=205). Comparando as duas distribuições paulistas (a nível de município e a nível de seção), não encontramos diferenças significativas, apenas um acréscimo aproximado de 3% no máximo. A mediana é praticamente a mesma, pouco maior que a média nacional e o mínimo permanece muito competitivo, com diferenças de 1% ou menos entre Dutra e Gomes.

¹⁸ Os dados coletados por seção e por município apresentam uma pequena discrepância quando agregados para todo o Estado, mas essa discrepância é pequena, não passa de 0,15% para Dutra e 0,17% para Gomes.

TABELA 06: DIFERENÇA DE VOTOS OBTIDOS ENTRE DUTRA E GOMES
PRESIDÊNCIA - 1945 – SÃO PAULO (POR SEÇÃO)

Diferença entre votos obtidos (%)	Seções na categoria (%)	Total de seções acumuladas (N)	Seções acumuladas na categoria (%)
0 a 10	42	42	20.49
10 a 20	32	74	36.10
20 a 30	12	86	41.95
30 a 40	13	99	48.29
40 a 50	14	113	55.12
50 a 60	24	137	66.83
60 a 70	39	176	85.85
70 a 80	22	198	96.59
80 a 83,29	7	205	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP.

A tabela 6 abaixo, como a anterior por municípios, contém a distribuição das seções por faixas de diferença de votos. Complementamos a análise do Estado de São Paulo com as informações de que um quinto das seções paulistas foram marcadas por disputas muito acirradas, com no máximo 10% de diferença entre Dutra e Gomes. No corte de 30% de diferença de votos, ou seja, resultados de aproximadamente 65 x 35 ou menos, temos 41,95% das seções, contra 53,30% nos municípios, como esperado, a competição foi pouco menos acirrada nesse nível. A diferença é maior na faixa dos 40% de diferença, 33,2% dos municípios foram registrados resultados de 30 x 70 ou menos acirrados, contra 51,71% das seções paulistas.

Nesse capítulo apresentamos evidências que atestam a mudança nos resultados eleitorais entre a Primeira e a Terceira República. Foram analisados os resultados da última eleição presidencial do primeiro período, a eleição de 1930, e a primeira do segundo. Demonstramos a alteração de padrões na distribuição de votos que indicam a capacidade da oposição se organizar e contestar as eleições na Terceira República, algo que, como mostramos, não acontecia na Primeira. Essa análise empírica recupera o debate sobre a importância da competição eleitoral na emergência da democracia. O capítulo seguinte complementa essa análise tratando da eleição de 1947.

CAPÍTULO 02

No primeiro capítulo demonstramos empiricamente a mudança na competição eleitoral no nascimento do regime republicano de 1945, em relação ao padrão observado na Primeira República, tanto a nível nacional, quanto municipal e, para o Estado de São Paulo, seção. Fica claro que a dominação estadual não era mais presente e a oposição conseguia mobilizar eleitores em muitos municípios e seções. Entretanto, como já discutido, apenas uma eleição competitiva não é suficiente para classificar um período como democrático, é necessário que esse padrão se repita, ou seja, é preciso mostrar que a competitividade demonstrada se manteve. Dessa forma, por meio da análise dos resultados das eleições estaduais de 1947, mostramos que a competitividade esteve presente de forma clara em municípios do Estado de São Paulo, ou seja, o requisito básico para competição, que consiste na existência de pelo menos dois candidatos viáveis era satisfeito em parte considerável do território nacional.

Em seguida, discutimos esse achado confrontando com os pontos levantados por Bartolini, para quem a competição eleitoral pede a 'disponibilidade eleitoral'. Mais especificamente, demonstramos um aspecto controverso na literatura que trata sobre essa passagem, qual seja, o controle do eleitor na nova República. Apesar do voto secreto instituído pelo Código Eleitoral de 32 e reafirmado na Constituição de 1946, nossas evidências apontam para o casamento de cédulas entre os diversos níveis eleitorais que estavam em jogo no pleito em questão. Desse fato segue o questionamento: quais as suas consequências para a teoria democrática? Fazemos uma discussão desse ponto.

Atestado o controle do eleitor, analisamos os mesmos resultados eleitorais sob a ótica dos estudos que associam essa característica às condições socioeconômicas do indivíduo no período, de forma sintética, que conectam o controle do eleitor à precariedade de sua subsistência e, assim, à disponibilidade do mesmo de ser manipulado pelas elites. Tal mecanismo agiria de forma mais marcante no campo, uma vez que a urbanização traria condições para a independência desse eleitor. Como será demonstrado, esta relação não se confirmou nem nas eleições presidenciais de 1945, nem nas estaduais de 1947.

2.1) COMPETIÇÃO QUE SE REPETE

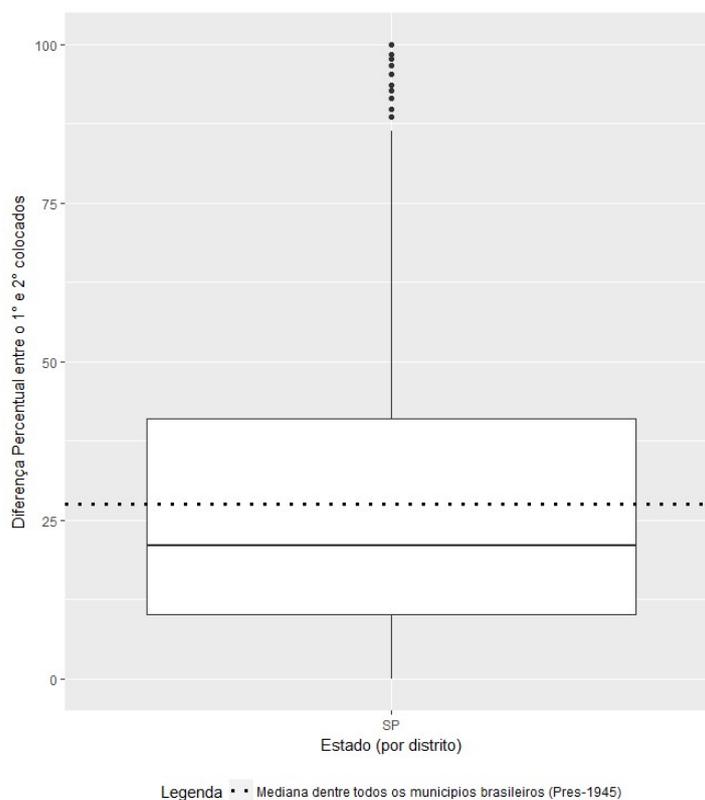
Em 1947 tiveram lugar as primeiras eleições estaduais da República de 1945-1964. Ao longo do mês de janeiro, foram escolhidos os próximos deputados estaduais, as governadorias e a renovação parcial tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados. Além da importância óbvia para a formação de alianças políticas, para as elites essas eleições transmitiriam uma informação importante, qual seja, o balanço das forças para a sucessão presidencial de 1950, bem como os atores que estariam envolvidos nessa trajetória.

Para a análise, utilizaremos informações do estado de São Paulo. Tal escolha se justifica pelo escopo do trabalho, uma vez que não havia tempo hábil para a coleta dos dados em escala nacional. Entretanto, mesmo que seja um único estado, acreditamos ser essa uma boa escolha, uma vez que no período estudado São Paulo era o estado mais urbanizado do país, ou seja, aquele em que os supostos efeitos da modernização teriam tido maior impacto no comportamento eleitoral – a ser discutido – e, além disso, apresentou o maior nível de competição a nível estadual, com quatro candidatos a governador dividindo os votos do estado.

O *boxplot* abaixo apresenta a distribuição das diferenças das proporções de votos recebidos pelo primeiro e pelo segundo lugar na disputa para governador em 1947, desagregados a nível de distrito. Para facilitar a comparação, colocamos a mediana nacional das eleições presidenciais de 1945¹⁹. Como fica claro, o padrão é muito próximo ao observado no último pleito, com uma pequena redução nas diferenças que não altera, entretanto, o perfil competitivo. Para 75% das votações a diferença entre os dois primeiros foi de 40% ou menos, ou seja, o lançamento de uma candidatura de oposição foi viabilizado. Mais significativo, podemos afirmar para metade da distribuição que, além de existir competição, esta foi acirrada – com diferenças de 20% ou menos entre os dois melhores colocados.

¹⁹ Ver gráficos 03 e 04 das páginas 34 e 35.

GRÁFICO 05: DIFERENÇA DE VOTOS OBTIDOS ENTRE PRIMEIRO E SEGUNDO LUGARES
GOVERNADOR – 1947 – SÃO PAULO (POR DISTRITO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

Em comparação com o mesmo gráfico para presidência em São Paulo (1945), vemos aqui um quadro de disputas mais acirradas, uma vez que a mediana dos distritos em 1947 está abaixo da média nacional de 1945. Também, 75% das disputas em 47 tiveram diferença entre primeiro e segundo lugar igual ou inferior a 38%. O estado possui uma distribuição altamente assimétrica e heterogênea, de modo à amplitude cobrir todos os graus de competitividade. Um quarto das disputas do Estado de São Paulo foram competitivos a 10% ou menos de diferença entre primeiro e segundo lugares. Tal como no pleito passado, fica confirmada a competição em 1947, bem como a heterogeneidade dos distritos. Mas o que levaria a essas alterações do perfil de entrada das oposições?

2.2) LIVRE COMPETIÇÃO. ELEITOR LIVRE?

Até o momento já atestamos que a democracia inaugurada em 1945 possuía abertura para a contestação em disputas políticas, sendo assim, *accountable* – para retomar a definição de Bartolini. Entretanto, veremos que nenhum dos outros três critérios colocados por ele como necessários a um regime responsivo se sustenta, uma vez que, como veremos agora, o eleitor continuava controlado. Ou seja, aos agentes políticos eram delegadas as ações de alistar o eleitor, encaminhá-lo à urna no dia do pleito com a cédula do partido e escoltá-lo de modo a evitar a cooptação por agentes de outras forças políticas.

A necessidade de um eleitor livre para decidir sobre os destinos da nação dentro de uma democracia é uma característica basilar em qualquer definição desse regime (Dahl :1979, Bartolini:1999). Para Shumpeter, a democracia é um “acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (1984: p.336), em síntese, é a “livre competição pelo voto livre” (*idem*: p.338, realce meu). Przeworski, coloca “duas características essenciais da democracia: os resultados do processo democrático são incertos, indeterminados de antemão, e ‘o povo’ isto é, as forças políticas que competem pela realização de seus interesses e valores, é que determina esses resultados” (1991, p.25, realce meu).

Seymour Lipset, em sua obra O Homem Político (1967), faz considerações acerca da ocorrência de regimes democráticos no mundo, buscando elucidar quais fatores atuam de modo a produzir regimes políticos desse tipo. Principal expoente da Teoria da Modernização na ciência política, o autor acreditava existir uma ligação direta entre o grau de modernização da sociedade e a democracia, de maneira que mudanças na estrutura social, decorrentes dos avanços trazidos pela modernização, favoreceriam o desenvolvimento e a manutenção da democracia. Ou seja, a passagem de sociedades ditas tradicionais para modernas seria responsável por desenvolver uma estrutura social condizente com a democracia. Em suas palavras (1964:49)

Desde Aristóteles até a atualidade, os homens têm argumentado que só numa sociedade abastada, em que apenas relativamente poucos cidadãos vivam no nível de pobreza real, poderá existir uma situação em que a massa da população inteligentemente participe na política e desenvolva a autodisciplina necessária para evitar sucumbir aos apelos de demagogos irresponsáveis.

Vemos aqui novamente a referência ao eleitor livre, liberdade que seria adquirida pela

educação e pela autonomia financeira²⁰. O argumento já é conhecido: o indivíduo só é livre para decidir sozinho quando possui condições financeiras adequadas, capazes de lhe proporcionar independência de subsistência e educação (discernimento). Dentre os estudos sobre o Brasil o argumento não é diferente. Destacamos primeiro o clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal (1948) que, como é sabido, confere grande peso às influências da estrutura agrária herdada do período colonial para dar conta do mau funcionamento do governo representativo no Brasil. Nessa linha, em uma sociedade manifestamente rural, a concentração de terras nas mãos de grandes e médios proprietários geraria uma massa de trabalhadores rurais marcados pela dependência a esses mesmos fazendeiros. Isolados socialmente e ligados a terceiros pela sobrevivência, esse eleitorado seria incapaz de exercer seu direito cívico de maneira autônoma sendo, portanto, manipulável pelo grupo dominante.

Em estudo sobre a política no Rio de Janeiro durante a Primeira República o mesmo pressuposto é adotado por Carvalho (1987): “Sendo, no entanto, a população do Rio a mais urbanizada do país e razoavelmente alfabetizada, era de se esperar que fosse a mais independente de chefes políticos e a mais preparada para o exercício da cidadania” (p.84). Entretanto, segundo o autor, nem na capital em que a democracia encontraria terreno mais fértil no período ela se concretizou. O baixo comparecimento e a reduzida participação autônoma decorrentes da coação do eleitor e da fraude transformaria o voto em uma “operação de capangagem”.

Por fim, convencionou-se assumir que as mudanças na legislação eleitoral realizadas no pós-30 fizeram parte de um movimento de moralização da política (Franco, 1974; Sadek, 1995). Mais especificamente, o aperfeiçoamento da legislação eleitoral, sobretudo a criação da Justiça Eleitoral e a instituição do voto secreto pelo Código Eleitoral de 1932. Essas reformas teriam trazido a retidão das práticas e, assim, acabado com o “falseamento da representação”, garantindo a independência do voto individual.

Relatando um inquérito sobre as práticas eleitorais no interior após as eleições de

²⁰ Dentre as críticas que sofreu o modelo de Lipset (1967), destaca-se a argumentação de que a trajetória percorrida pelos países já desenvolvidos não pode ser seguida pelos ainda em desenvolvimento, haja vista o impacto decorrente de path dependence (Junior & Couto, 1975). Ainda, a partir de demonstrações empíricas, é rechaçada a concepção de Lipset (1967) segundo a qual o desenvolvimento econômico levaria à democracia (Przeworski e Limongi, 1995). Contudo, sua asserção sobre a maior facilidade para a manutenção da democracia em um contexto de desenvolvimento econômico mostrou-se verdadeira (Przeworski e Limongi, 1995).

1945, Orlando de Carvalho discorre sobre os custos eleitorais para os partidos em parte decorrentes dos cuidados necessários no dia do pleito para garantir que seus/suas eleitores/as não sejam cooptados/as pela oposição:

Na qualificação, os eleitores vêm aos poucos. Nos dias de eleição, vem todos das roças de uma vez e torna-se necessário preparar acomodações para eles. O transporte constitui despesa de vulto para os partidos porque o eleitorado rural está habituado a ser transportado de graça para os pontos onde vai votar e onde é acolhido nos “quarteis”²¹

(...)

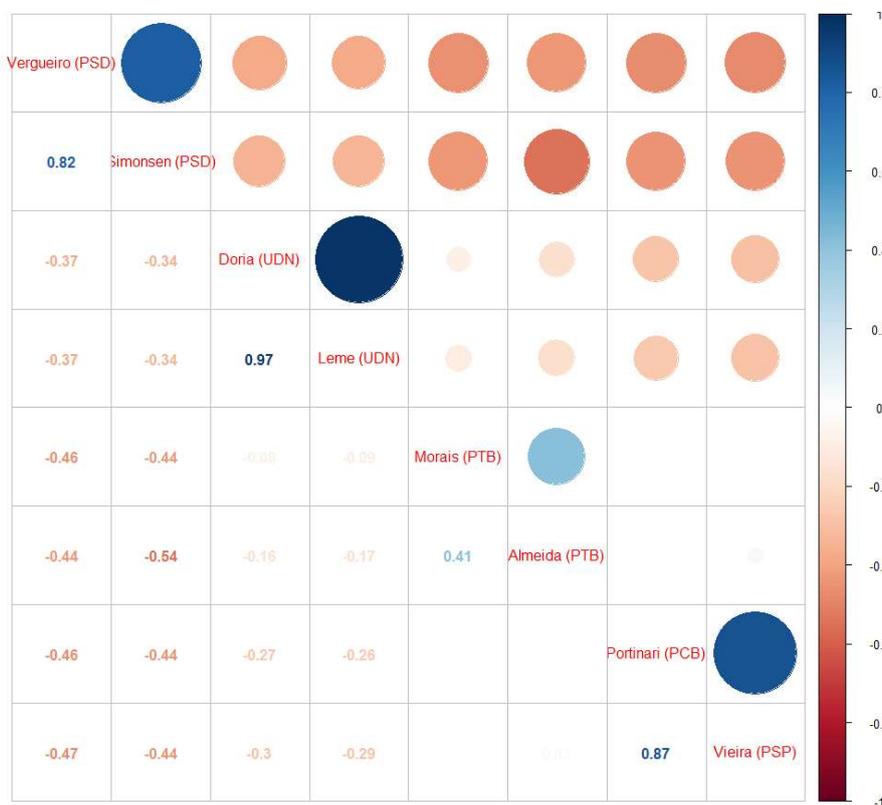
Mas não basta transportar o eleitorado das roças para a cidade, ou distrito, é necessário abrigá-lo na sede do partido (...) dada a ingenuidade da massa, constituem presa fácil dos cabos eleitorais adversários, que lhes trocam as cédulas e os atraem para suas agremiações. Daí a origem dos tradicionais “quarteis” (pp.29-30)

A análise dos resultados de 1947 nos permitiu verificar esse controle eleitoral, uma vez que expomos a prática conhecida à época como “casamento de cédula”. Como supradescrito, o eleitorado era organizado em grupos por agentes partidários, que, além de assegurar que o voto deles permanecesse do partido que “o fez”, também eram responsáveis por combinar as cédulas para todos os cargos que estavam em jogo. Estatisticamente verificamos o fenômeno em quatro fases.

A primeira utiliza os resultados da disputa para as duas cadeiras do Senado que cabiam a São Paulo; foram oito candidatos no total, sendo que o partido mais forte do estado, o PSP, lançou um candidato, bem como seu partido aliado, o PCB. Cada um dos três grandes partidos restantes – PSD, UDN e PTB – lançou dois candidatos. O eleitor tinha direito a um voto por cadeira, portanto, a dois votos. Em um cenário em que o casamento de cédulas tivesse funcionado perfeitamente, a correlação entre cada um desses votos seria 1, indicando que as eleitoras teriam votado sistematicamente nos candidatos A e B do partido X, em outras palavras, nos dois candidatos relacionados ao mesmo partido ou coligação.

²¹ Segunda a definição do Dicionário do Voto: “Recintos, situados na zona urbana, destinados a hospedar, alimentar e recriar o eleitorado do campo, trazido por uma das facções políticas. Nesses alojamentos, os eleitores se mantêm incomunicáveis com o exterior até a hora da votação, pretendendo-se, com isso, impedir, entre outras influências, a troca de cédulas pelos cabos eleitorais oposicionistas. Denominado, em algumas regiões do país, de curral.” (Porto: 1995, p.271)

GRÁFICO 06: MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS
 SENADO X SENADO -1947 - SÃO PAULO (POR DISTRITO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

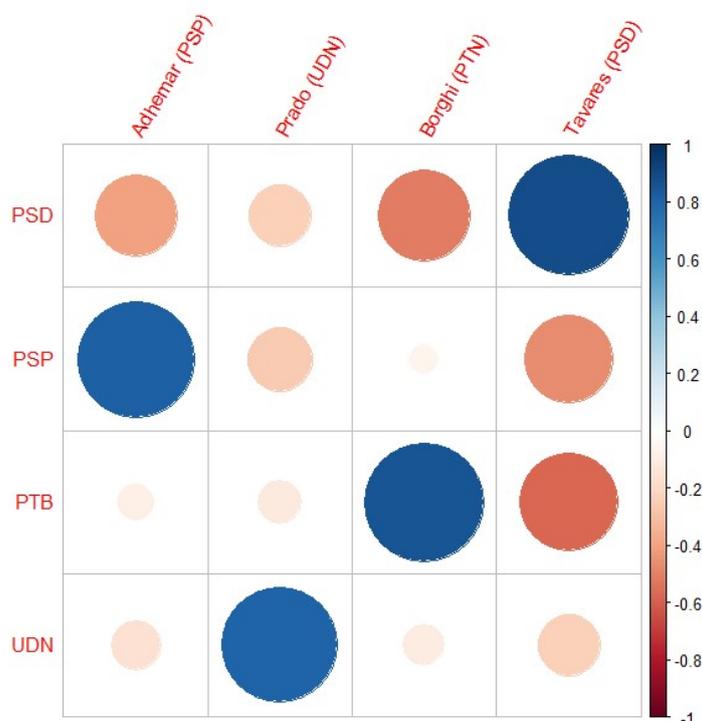
A matriz de correlações acima deve ser lida a partir do tamanho, da cor e da intensidade dos círculos. Conforme a escala de cores à direita, azuis intensos indicam alta correlação positiva, vermelhos intensos revelam alta correlação negativa e tons suaves assinalam baixa correlação (valores mais próximos a zero)²². Os candidatos da UDN, Leme e Doria, apresentam uma correlação quase perfeita de +0,97, ilustrado pelo círculo grande azul marinho, da mesma forma, a dupla Vergueiro/Simonsen do PSD e Portinari²³/Vieira do PCB e PSP, respectivamente. O PTB foi o único partido para o qual a correlação foi baixa, indicando que os dois candidatos do partido não foram capazes de coordenar a distribuição de suas cédulas.

²² Nos Anexos 05 A e B apresentamos a mesma com os valores numéricos da correlação e com gráficos de dispersão, respectivamente.

²³ Sim, o Cãndido.

Em seguida, fizemos a mesma matriz entre os votos para Governador com os quatro candidatos – PSD, UDN, PTB/PTN e PSP e os votos das mesmas legendas para Deputados Federais. Novamente, relações próximas a 1 indicariam um padrão fortemente partidário de casamento de cédulas, ou seja, que as eleitoras votaram sempre nos candidatos ligados ao mesmo partido mesmo para diferentes cargos, sendo um Executivo e outro Legislativo.

GRÁFICO 07: MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS GOVERNADOR X DEP. FEDERAIS -1947 - SÃO PAULO (POR DISTRITO)

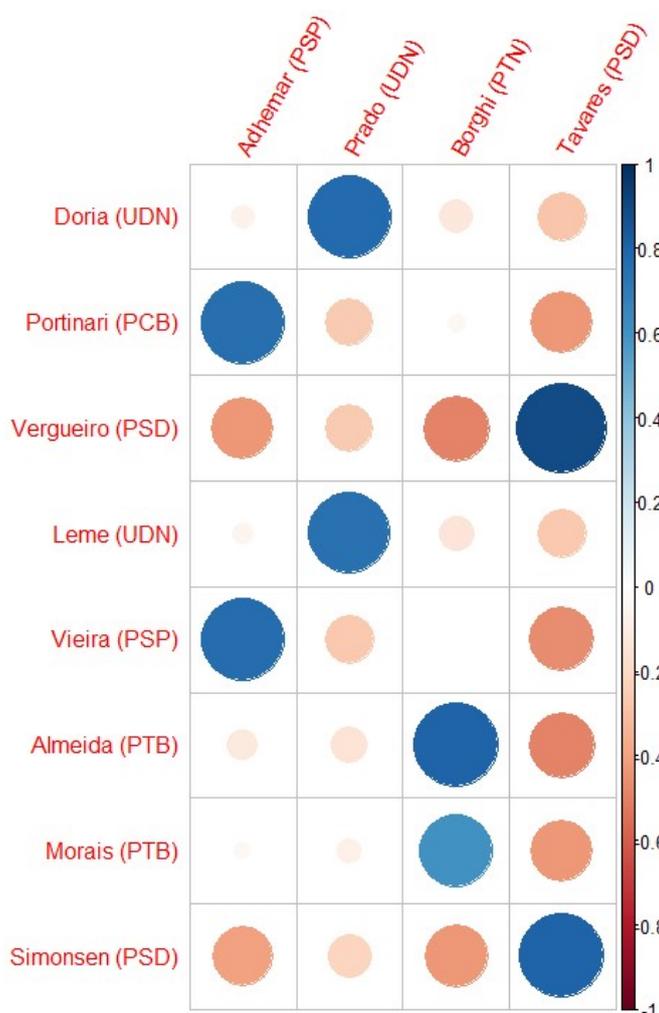


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

A leitura do gráfico 12 é a mesma, conforme escala de cores à direita. Vemos novamente uma correlação quase perfeita entre os votos para os candidatos pessebistas à Câmara dos Deputados e os votos para Tavares do PSD. Nesse quadro, a coordenação pré-eleitoral foi mais bem executada por todos os partidos, uma vez que os três outros governadores, Borghi, Prado e Adhemar também estão fortemente correlacionados com seus pares à Câmara Federal.

A partir da terceira matriz o número de candidatos envolvidos nas disputas é maior, o que envolveria mais esforço na coordenação dos/as eleitores/as pelo partido para uma sincronização exata das cédulas. São os quatro candidatos à governadoria da primeira matriz com os oitos candidatos ao Senado da segunda. É mantida a característica de ser voto no Executivo com votos para o Legislativo. Lendo na vertical, percebemos que cada governador possui dois grandes círculos azul escuros em sua coluna, que correspondem às votações de cada um dos seus correspondentes partidários no Senado.

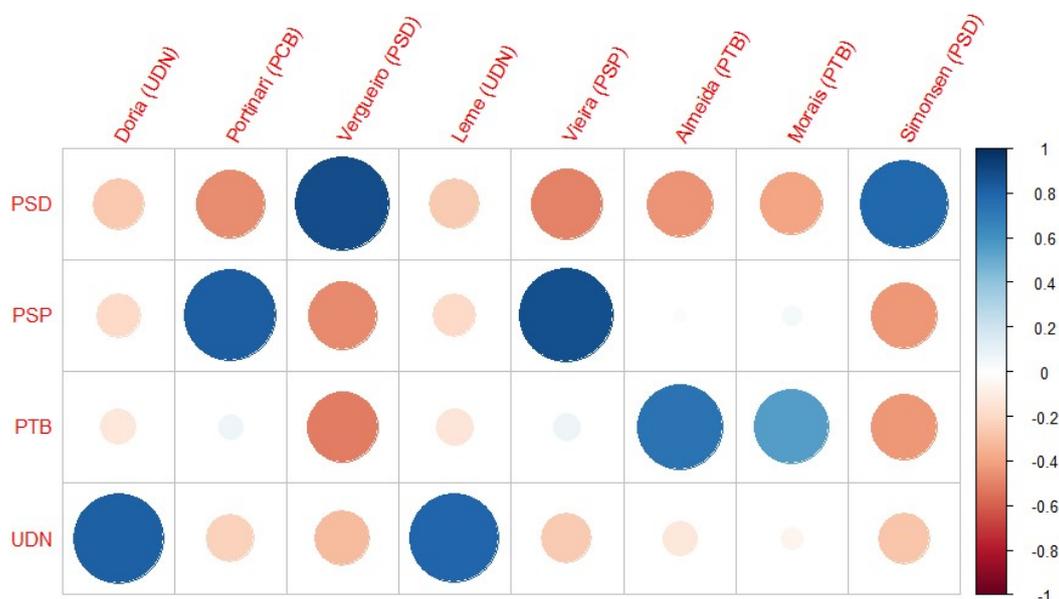
GRÁFICO 08: MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS
SENADO X GOVERNADOR -1947 - SÃO PAULO (POR DISTRITO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

A última matriz contém muitos candidatos na disputa, uma vez que usa novamente os votos para o Senado, mas aqui colocados em relação aos votos para os candidatos à outra casa legislativa (Câmara dos Deputados), agrupados por partido. Novamente, cada senador está fortemente correlacionado com os votos para deputado federal recebidos pela sua legenda. Assim como das outras vezes, a relação é mais branda no caso do PTB, indicando a fragilidade da legenda no ano das eleições gerais.

GRÁFICO 09: MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS DEPUTADO FEDERAL X SENADOR -1947 - SÃO PAULO (POR DISTRITO)



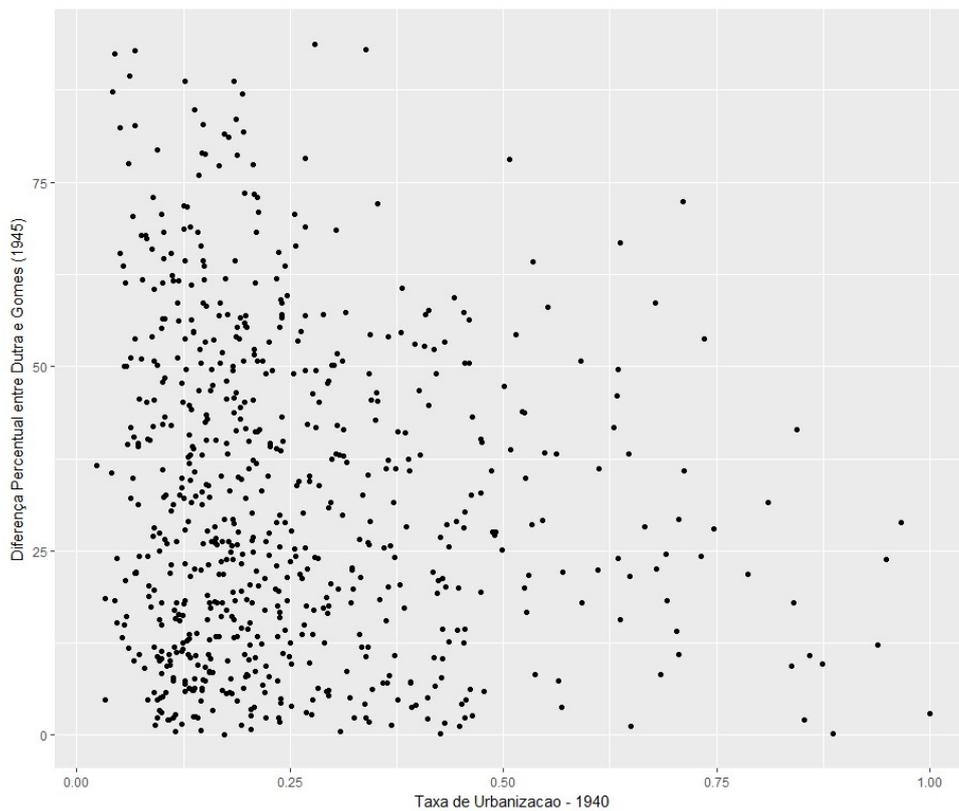
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

Como adiantado, a liberdade do eleitor é colocada pela literatura em conexão com a sua situação socioeconômica decorrente de habitar o campo ou a cidade. Acabamos de verificar que o eleitor continuava sobremaneira controlado. O alto índice de correlação relatado nas matrizes anteriores aponta para esse padrão tanto no campo, quanta na cidade, uma vez que falhas na coordenação pré-eleitoral em um ou outro âmbito incorreria em menos sucesso no casamento de cédulas como um todo. Na seção que se segue, verificaremos se essa assertiva se mantém ao analisarmos os resultados separados para capital e interior.

2.3) APENAS NO CAMPO?

Em uma análise exploratória, correlacionamos a diferença da proporção de votos entre primeiro e segundo lugar nas eleições presidenciais de 1945 com a taxa de urbanização associada a cada município brasileiro no Censo de 1950. Apesar da maior concentração nos municípios pouco urbanizados, não é possível enxergar uma tendência na distribuição, confirmando a alta variação de competitividade dentro dos municípios e distritos, demonstrada no capítulo anterior.

GRÁFICO 10: CORRELAÇÃO ENTRE COMPETIÇÃO E TAXAS DE URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO PRESIDENTE – 1945 – BRASIL²⁴

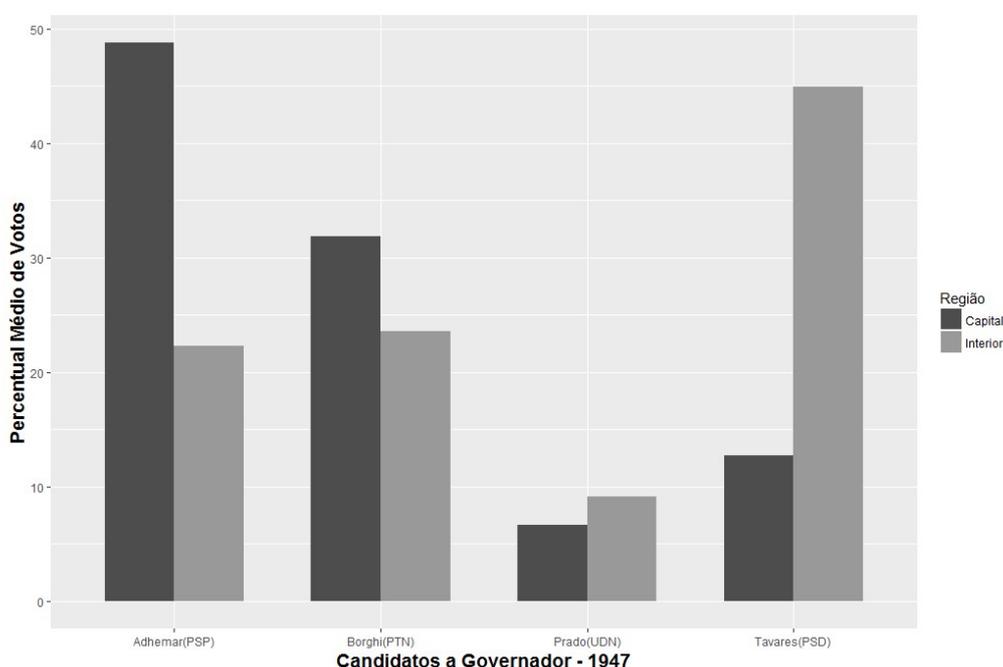


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Saulo Said do IESP

²⁴ A ausência de relação se mantém ao olharmos apenas para os municípios de São Paulo (Anexo 06).

Em seguida, procuramos verificar a existência da mesma relação entre urbanização e competitividade para os diferentes cargos das eleições de 1947 e usando como *proxy* de urbanização a divisão entre distritos da capital e do interior. As barras representam a média percentual de votos que o partido recebeu nos distritos paulistas em cada categoria. A partir desses gráficos podemos observar que a competitividade não se dava exclusivamente nos distritos da cidade, uma vez que todos os partidos tiveram inserção no ambiente rural e urbano. A despeito desse fato, verificamos que, assim como definido pela literatura eleitoral do período (Benevides, 1981; Benevides, 1989; Souza, 1989; Nicolau, 2004; Soares, 1973), partidos diferentes apresentavam perfis de votação diferentes: PSD, UDN e PR como partidos conservadores e com maior sucesso eleitoral no interior *versus* PTB, PCB, PSP e PTN como siglas mais urbanas e ligadas ao trabalhismo.

GRÁFICO 11: PROPORÇÃO DE VOTOS RECEBIDOS NA CAPITAL E NO INTERIOR
GOVERNADOR – 1947 – SÃO PAULO (POR DISTRITO)

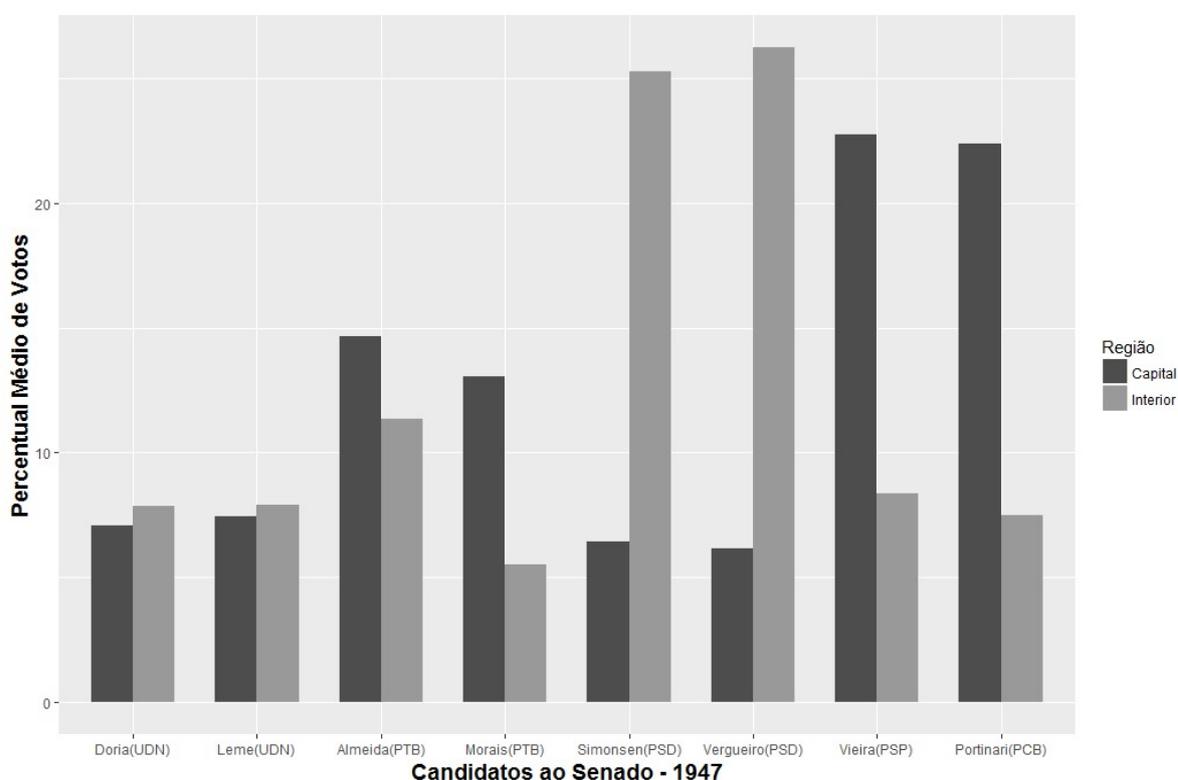


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

Nas eleições para o governo paulista o PTN, ligado ao trabalhismo, e o PSP de Adhemar de Barros tiveram melhor desempenho na capital, enquanto PSD e UDN

mobilizaram o eleitorado do interior. Entretanto, PSP e PTN tiveram boa entrada no interior, com média de 23,5% dos votos recebidos nesses distritos, enquanto o PSD recebeu, em média 13% dos votos nos distritos da capital. PSP e PSD foram os principais partidos no estado, cada um fiel às suas origens, ou seja, com o primeiro atuando majoritariamente na cidade e o segundo no campo.

GRÁFICO 12: PROPORÇÃO DE VOTOS RECEBIDOS NA CAPITAL E NO INTERIOR
SENADOR – 1947 – SÃO PAULO (POR DISTRITO)

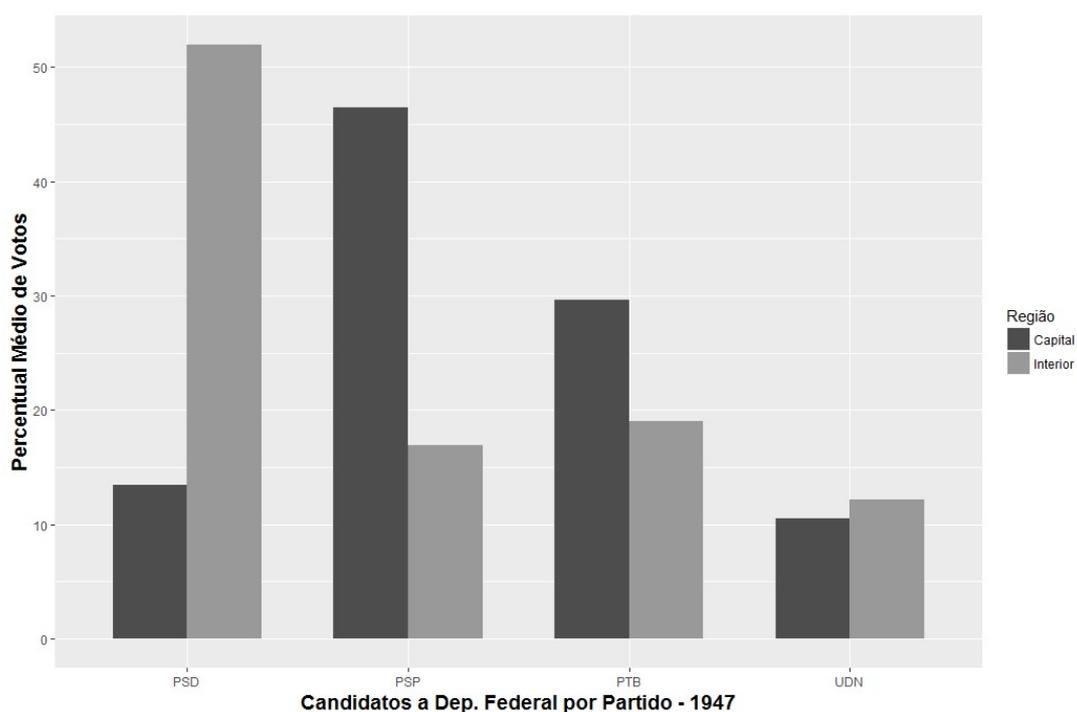


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

Nas votações para o Senado o mesmo padrão se mantém. PSD e PSP se contrapõem como principais forças na cidade e no interior. Por sua vez, a UDN se mostra como o melhor caso para ilustrar o fato de que a dominância dos partidos não era restrita a uma localidade, uma vez que o partido, mesmo sendo tradicionalmente ligado ao meio rural, dividiu seus votos também entre o eleitorado urbano. Ademais, a distribuição dos percentuais médios

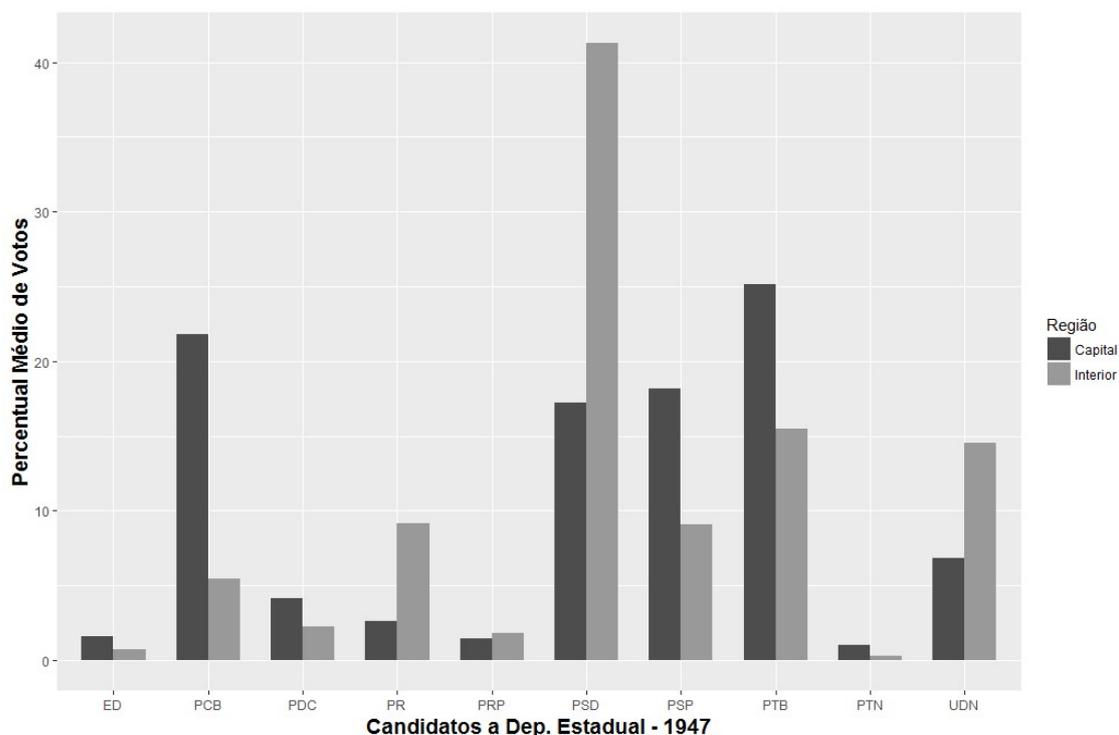
fortalece as interpretações sobre casamento de cédulas pelos partidos, demonstrado nos gráficos de 11 a 14, uma vez que os votos se distribuem de forma praticamente idêntica entre os partidários da mesma sigla ou coligação, inclusive para o PTB que demonstrou ter mais dificuldade do que os demais para coordenar seus votos no período pré-eleitoral.

GRÁFICO 13: PROPORÇÃO DE VOTOS RECEBIDOS NA CAPITAL E NO INTERIOR
DEP. FEDERAL – 1947 – SÃO PAULO (POR DISTRITO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

GRÁFICO 14: PROPORÇÃO DE VOTOS RECEBIDOS NA CAPITAL E NO INTERIOR
 DEP. ESTADUAL – 1947 – SÃO PAULO (POR DISTRITO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

Os gráficos 09 e 10 dão conta das eleições proporcionais para as Câmaras Baixas Federal e Estadual. Novamente, é verificada a entrada de todos os partidos em ambas as regiões, mas preservando sua identificação original com o campo ou a cidade. Entretanto, diferentemente do observado para os outros cargos, a força do adhemarismo na capital não fez com que o PSP obtivesse a melhor votação no meio urbano, de modo que a liderança foi perdida para o PCB e o PTB, este último, também com bom desempenho no interior.

Portanto, a partir do apresentado nesse capítulo podemos concluir que o critério de continuidade da competição eleitoral, requisito para as principais definições de democracia, manteve-se no pós-1945. Entretanto, a necessidade do eleitor “livre”, também muito presente e valorizada, não era presente no período, bem como os outros três critérios de Bartolini para caracterizar a democracia nascente como responsiva – *electoral vulnerability of incumbents*,

*electoral availability, decidability of the offer*²⁵ – uma vez que partem da premissa desse mesmo eleitor disponível ao convencimento. A partir dessas constatações, procuramos contribuir com o entendimento do comportamento eleitoral da República de 45-64, bem como com a maneira como pensamos os condicionantes para a democracia.

²⁵ Ver discussão a partir da página 16 – capítulo 01.

CONCLUSÃO

A República de 1945-64 é considerada a primeira experiência verdadeiramente democrática brasileira. O presente trabalho buscou evidenciar quais características a distinguiam dos períodos anteriores e quais os motivos que levaram à sua consolidação. Para tanto, se fez necessária a discussão em âmbito teórico de dois conceitos essenciais, são eles: democracia e competição. Uma vez claramente estabelecidos como ambos os conceitos são empregados neste trabalho, e como estes se relacionam, pudemos realizar uma análise empírica sobre os resultados eleitorais do período e posterior caracterização dos padrões de competição para os diferentes cargos eletivos em disputa em 1945 e 1947.

O primeiro capítulo teve por objetivo evidenciar a grande diferença no caráter da competição eleitoral entre 1930 e 1945, em âmbito nacional. As vitórias esmagadoras dos candidatos apoiados pelos governadores em âmbito estadual – situação que mostrava a vitalidade da política dos governadores – não mais se observavam em 1945. Em contraste, em 1945 o quadro foi marcado por significativa competição entre Dutra (PSD) e Gomes (UDN). Se antes a competição, quando havia, se dava *entre* estados, em 1945 a competição passa a se dar também *intra* estados. Em outras palavras, a introdução de ao menos duas candidaturas viáveis foi uma realidade em grande quantidade dos municípios brasileiros, distribuídos em todos os estados na nação.

O segundo capítulo discute possíveis explicações para a mudança no padrão de competição inaugurado em 1945 e argumenta que a competitividade observada no período foi antes resultado da dificuldade das elites políticas de firmarem um novo acordo de cooperação do que causado por um processo de emancipação dos eleitores em relação aos domínios locais.

Conforme as correlações entre a votação dos partidos para os diferentes cargos sugerem, o casamento de cédulas foi artifício amplamente utilizado, demonstrando que os eleitores permaneciam sob controle dos agentes partidário. Ainda, não foi possível observar qualquer relação entre urbanização e maiores níveis de competitividade, como esperariam os adeptos da Teoria da Modernização. A análise empírica empreendida favorece uma interpretação diferente: a competição partidária se dava pela mobilização do eleitorado e não pelo seu convencimento.

Em conclusão, o presente trabalho visou contribuir para o estudo sobre transições

democráticas e, mais especificamente, para o entendimento desse processo no caso brasileiro. Ainda que para a teoria democrática a existência de eleitores livres seja condição necessária para que um regime seja enquadrado de fato como uma democracia, observamos que competição política independe deste critério. As eleições de 1945 e 1947 revelam um alto grau de competitividade, ainda que o eleitor permanecesse controlado. A viabilização de candidaturas oposicionistas demonstra que essas eleições, diferentemente das realizadas até então, foram relativamente livres. O mesmo não pode ser dito sobre os eleitores.

ANEXO 01: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA PRIMEIRA E NA TERCEIRA REPÚBLICA

Ano	Presidente	% Votos 1º	% Votos 2º	Diferença
1894	Prudente de Moraes	88,4	11,3	77,1
1898	Campos Sales	91,5	8,5	83,0
1902	Rodrigues Alves	93,3	6,7	86,6
1906	Afonso Pena	97,9	1,7	96,3
1910	Hermes da Fonseca	64,4	35,5	28,8
1914	Venceslau Brás	91,6	8,2	83,4
1918	Rodrigues Alves	99,0	0,5	98,6
1919	Epitácio Pessoa	71,0	28,9	42,1
1922	Arthur Bernardes	59,5	40,5	19,0
1926	Washington Luis	99,7	0,2	99,5
1945	Eurico G. Dutra	55,4	34,7	20,7
1950	Getúlio Vargas	48,7	29,7	19,0
1955	Juscelino Kubitschek	35,7	30,3	5,4
1960	Jânio Quadros	48,3	32,9	15,4

ANEXO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS
PRESIDÊNCIA – 1930 - BRASIL (N - POR ESTADO)

Estado	Votos no Estado (N)		Votos no Estado (N)
	Prestes	Vargas	
Amazonas	5650	226	5876
Para	59447	2924	62371
Maranhão	36522	4610	41132
Piauí	17065	5504	22569
Ceará	84950	4167	89117
Rio Grande do Norte	16716	449	17165
Paraíba	10958	31142	42094
Pernambuco	61843	10019	71862
Alagoas	14735	3576	18311
Sergipe	16362	944	17306
Espirito Santo	22983	3532	26515
Bahia	148508	10615	159123
Minas Gerais	81957	287809	369766
Mato Grosso	11858	1877	13735
Goiás	19612	904	20516
Rio de Janeiro	71644	19069	90713
Distrito Federal	33106	30834	63940
São Paulo	328518	38921	367439
Rio Grande do Sul	1033	296499	297532
Paraná	40962	12167	53129
Santa Catarina	32374	13787	46161
Total	1116797	779575	1896372

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de documentos presentes nos DCD, 21/05/1930: 537~543

**ANEXO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS VÁLIDOS
PRESIDÊNCIA – 1945 - BRASIL (N - POR ESTADO)**

Estado	População (N)		Eleitorado(N)	
	1922	1930	1922	1930
Rio Grande do Sul	2.185.014	2.959.627	153.825	36.782
Goiás	512.545	712.210	12.042	23.906
Bahia	3.341.444	4.135.894	122.631	227.694
Ceará	1.313.962	1.626.025	62.676	124.835
São Paulo	4.587.541	6.399.190	164.234	516.651
Paraíba	963.380	1.322.069	27.071	61.969
Pará	983.606	1.432.401	48.000	91.838
Piauí	610.641	809.508	14.289	33.124
Maranhão	875.436	1.140.635	32.216	61.311
Rio Grande do Norte	537.224	738.889	15.795	26.810
Mato Grosso	-	349.857	-	21.900
Pernambuco	2.160.147	2.869.814	58.756	117.171
Sergipe	477.756	547.965	17.247	28.725
Santa Catarina	669.927	948.398	27.735	75.351
Minas Gerais	5.895.374	7.442.243	314.813	645.521
Espírito Santo	457.994	661.416	17.358	48.708
Rio de Janeiro	1.558.864	1.996.899	86.517	167.999
Paraná	685.870	974.273	31.893	100.496
Alagoas	983.013	1.189.214	21.528	35.893
Distrito Federal	1.158.710	1.468.621	70.102	144.744
Amazonas	363.979	433.777	7.134	19.345
Total	28.837.982	39.517.936	1.305.862	2.941.778

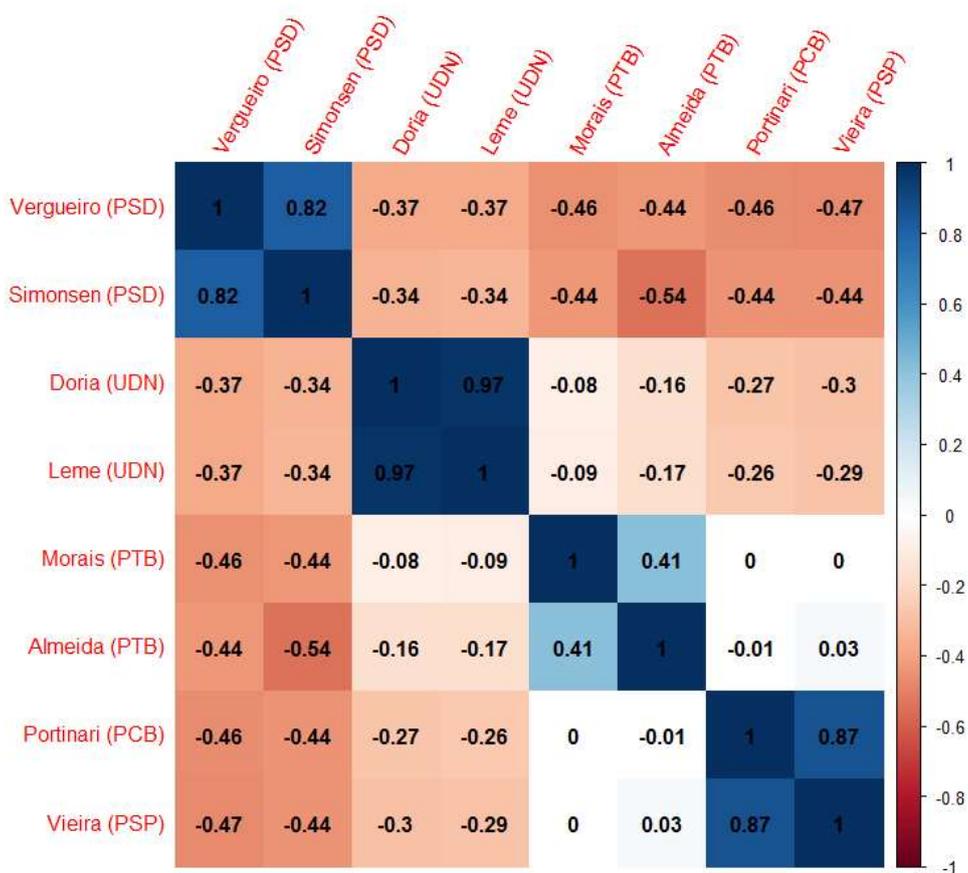
Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais do TRE

ANEXO 04: COBERTURA DE MUNICÍPIOS NOS ESTADOS
1947 – BRASIL (N- POR ESTADOS)

Estado	Total de municípios (N)	Municípios cobertos (N)	Proporção coberta dos estados (%)
Acre	4	4	100,0
Alagoas	63	19	30,2
Amazonas	39	14	35,9
Amapá	2	2	100,0
Bahia	187	57	30,5
Ceará	139	25	18,0
Espírito Santo	37	20	54,1
Goiás	145	30	20,7
Maranhão	91	31	34,1
Minas Gerais	484	146	30,2
Mato Grosso do Sul	7	0	0,0
Mato Grosso	31	12	38,7
Pará	70	22	31,4
Paraíba	73	31	42,5
Pernambuco	101	0	0,0
Piauí	70	0	0,0
Paraná	159	24	15,1
T, Rio Branco	1	1	100,0
Rio de Janeiro	62	36	58,1
Rio Grande do Norte	88	0	0,0
Rio Grande do Sul	152	66	43,4
Santa Catarina	102	32	31,4
Sergipe	61	16	26,2
São Paulo	498	100	20,1
Totais	2666	688	25,8

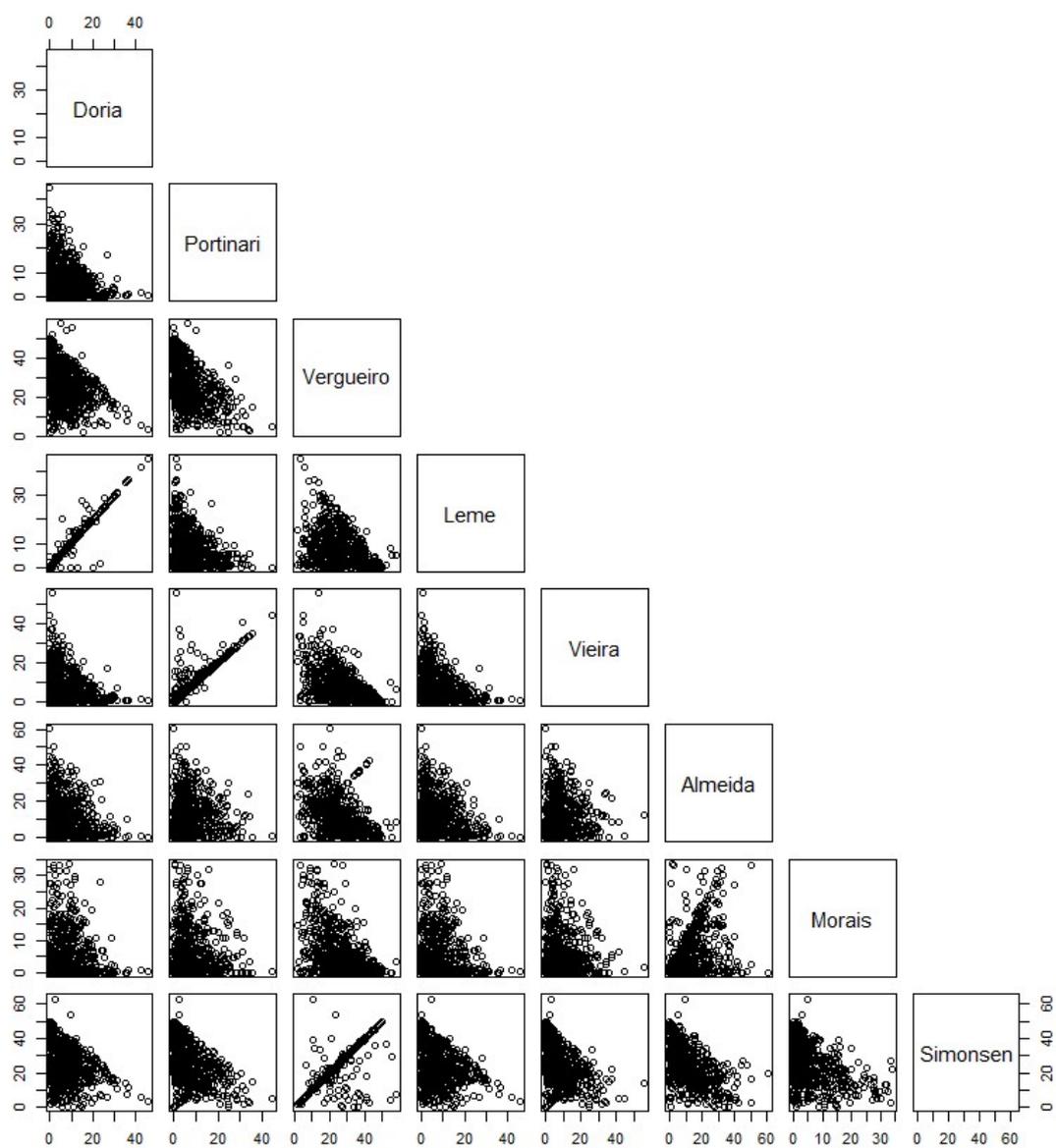
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Saulo Said do IESP

ANEXO 05 - A: MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS
 SENADO X SENADO -1947 - SÃO PAULO (POR DISTRITO)



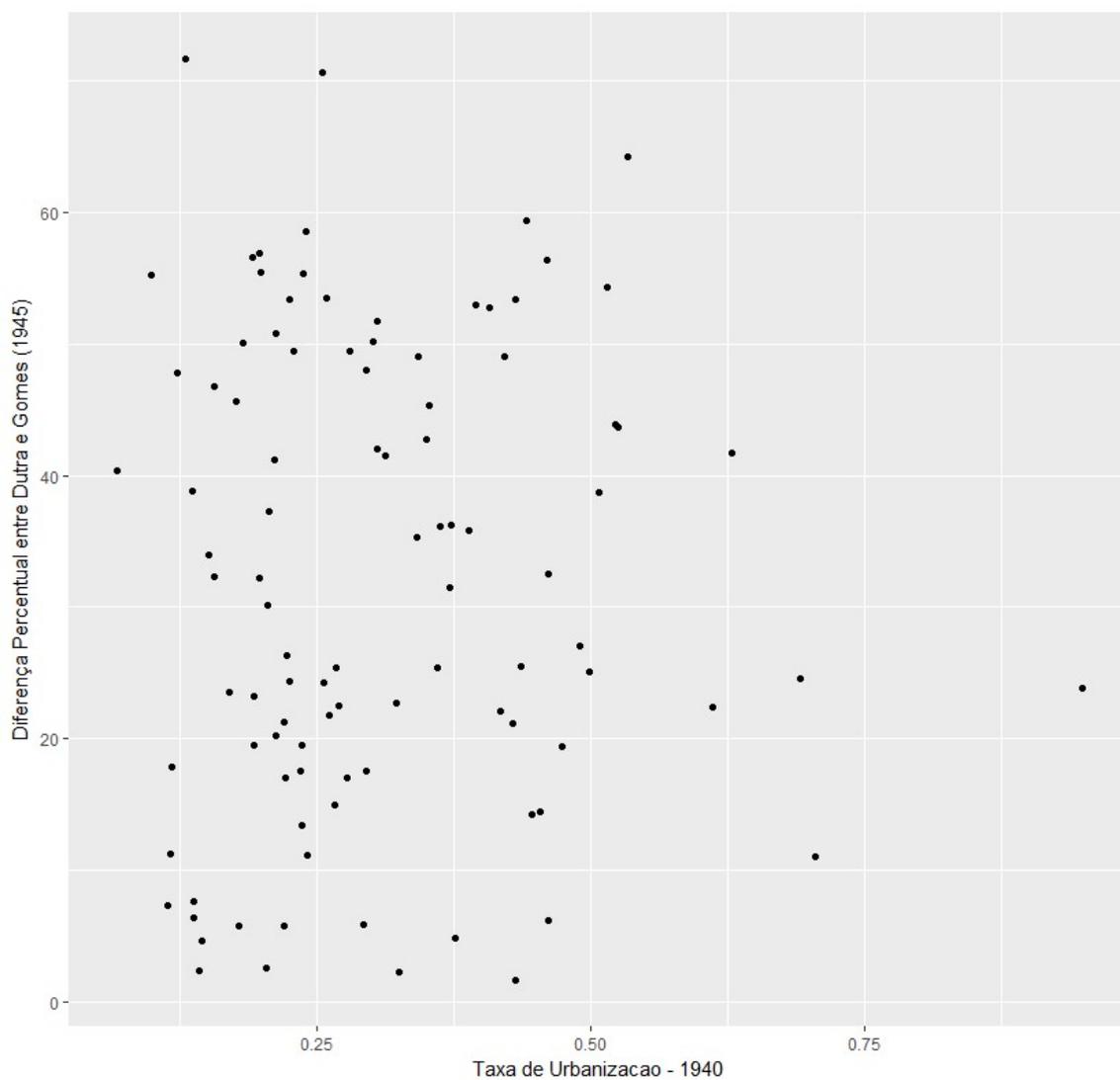
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

ANEXO 05 - B: MATRIZ DE CORRELAÇÕES ENTRE AS PROPORÇÕES DE VOTOS RECEBIDOS
SENADO X SENADO -1947 - SÃO PAULO (POR DISTRITO)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no arquivo do TRE-SP

ANEXO 06: CORRELAÇÃO ENTRE COMPETIÇÃO E TAXAS DE URBANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO
PRESIDENTE – 1945 – SÃO PAULO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Saulo Said do IESP

BIBLIOGRAFIA

BARTOLINI S. **Collusion, Competition and Democracy Part I.** Journal of Theoretical Politics, vol.11, n. 4, p. 435-470, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 23-59, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964.** Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial.** São Paulo: Vértice, 1988.

DAHL, Robert Alan; LIMONGI, Fernando; PACIORNIK, Celso. **Poliarquia: participação e oposição.** Edusp, 1979/1997.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política.** 1982.

DE CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **Homens livres na ordem escravocrata.** Editora Ática, 1974.

DE CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DE SOUZA, M. do CC. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** Alfa-Ômega, 1983.

GALLIE, Walter Bryce. **Art as an essentially contested concept.** The Philosophical Quarterly (1950-), v. 6, n. 23, p. 97-114, 1956.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas.** Editora Revan, 1991.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Editora Alfa-Omega, 1975/2012.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político.** Zahar, 1967.

LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945.

Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 55, n. 1, p. 37-69, 2012.

- LIMONGI, Fernando. **Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil pós Estado Novo.** (2014)
- NETO, Lira. **Getúlio-1882-1930-Dos Anos de Formação à Conquista do Poder.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 629, 2012.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.** Zahar, 2012.
- PRZEWORSKI, Adam. **Ama a incerteza e serás democrático.** *Novos Estudos*, nº09, p.36-46, 198
- PRZEWORSKI, Adam; PEREIRA, Vera. **Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina.** Relume Dumará, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam et al. **O que mantém as democracias?.** *Lua Nova*, v. 40, n. 41, p.113- 135, 1997.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael ; CHEIBUB Jose Antonio, and LIMONGI, Fernando. 2000. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990,** 2000.
- PRZEWORSKI, Adam. **Acquiring the habit of changing governments through elections.** *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 1, p. 101-129, 2015.
- PRZEWORSKI, Adam; RIVERO, Gonzalo; XI, Tianyang. **Elections under the Shadow of Force,** 2012.
- PRZEWORSKI, Adam et al. **Choices and echoes: stability and change of policy regimes. Economic Crises and Policy Regimes: The Dynamics of Policy Innovation and Paradigmatic Change.** Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. cap, v. 2, p. 33-55, 2014
- PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America.** Cambridge University Press, 1991.
- PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando; GINER, Salvador. **Political regimes and economic growth.** In: **Democracy and Development.** Palgrave Macmillan, London, 1995.
- RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República.** *Dados*, v. 57, n. 02, p. 443-479, 2014.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **The politics of electoral reforms: the origin of proportional representation in Brazil and the Electoral Code of 1932.** (no prelo)

SADEK, Maria Tereza Aina. **A justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil.** Fundación Konrad Adenauer, 1995.

SCHUMPETER, Joseph A. O processo de destruição criadora. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.